

AMÉLIA CRISTINA ELIAS DA PONTE

**A PARCERIA ENTRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS E O
PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA
(1997 - 2002)**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

Santos

2004

AMÉLIA CRISTINA ELIAS DA PONTE

**A PARCERIA ENTRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS E O
PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA
(1997 - 2002)**

**Texto apresentado para Exame de
Qualificação, como exigência parcial
para obtenção de título de Mestre em
Educação, à comissão julgadora do
Programa de Mestrado em Educação da
Universidade Católica de Santos, sob a
orientação da Prof^a. Dr^a. Nereide
Saviani.**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

Santos

2004

RESUMO

PONTE, Amélia Cristina Elias da. A parceria entre a Universidade Católica de Santos e o Programa Alfabetização Solidária.

Este trabalho discute a visão de alfabetização presente no (ou subjacente ao) modo como o Programa Alfabetização Solidária (PAS) se organiza e orienta as parcerias com as Instituições de Ensino Superior e analisa como se manifesta a autonomia da UniSantos como uma instituição conveniada. Trata-se de estudo de caso, com base em análise documental, organizada segundo categorias prévias relativas a aspectos gerais do objeto de estudo e categorias depreendidas da sistematização de documentos oriundos do próprio PAS ou produzidos no âmbito da parceria em pauta. São examinados programas, projetos e relatórios referentes ao processo de capacitação de alfabetizadores na UniSantos, relacionando-os com as diretrizes e orientações gerais do PAS e buscando-se identificar (e refletir sobre) seus limites e possibilidades. A questão da autonomia da Instituição conveniada é discutida em relação a aspectos que ela introduz nos programas de capacitação, notadamente o tratamento a questões ambientais como temas geradores no processo de alfabetização. A discussão é feita à luz de contribuições de autores que tratam de políticas de EJA e de orientações pedagógicas para AJA. O estudo realizado permite concluir que: há um descompasso entre as orientações pedagógicas para alfabetização e o modo como o PAS se estrutura e se relaciona com as IES conveniadas; e que a autonomia da Universidade é bastante relativa, na medida em que se limita à definição de temas e procedimentos metodológicos para a capacitação dos alfabetizadores.

Palavras chaves: alfabetização de jovens e adultos, alfabetização solidária, capacitação de alfabetizadores.

ABSTRACT

PONTE, Amélia Cristina Elias da. Catholic University of Santos and The Solidarity Literacy program Partnership.

This work discusses the literacy vision presents (or underlying) in the organize way of Solidarity Literacy program (SLP). It discusses as well as how this program conducts the partners with Superior Education Institutes. It analysis the autonomy manifestation of UniSantos as a convened institution. This is a case study, based on documentary analysis that is organized according previous categories concerning general aspects of the study object and inferred categories from SLP documents or other documents produced by the interlined partnership. Programs, projects and reports are exanimate. They refer the alphabetize teacher's capacity process in UniSantos. They are connected with the general SLP guideline and conduct. It searches identify (and consider about) the limits and possibilities. The convened institutions autonomy question is discusses in pertinence to some aspects that introduces in capacity programs, in specially the treatment about environmental questions as productive theme in literacy process. The discussion is based on contributions from authors that talk about EJA politics, as well as pedagogic orientation to AJA. The study that was realized admits this conclusion: there isn't the same orientation between literacy pedagogic conduct and relationship SLP and convened SEI. And more, the University autonomy is prettyrelative in dimension that it defines only the methodology themes and procedure to thealphabetize teachers capacity.

Key words: juvenile and adult literacy; solidarity literacy; alphabetize teachers capacity.

SUMÁRIO

Relação das Siglas	
Relação das Ilustrações	
Introdução	15
Capítulo I – <i>Alfabetização de Jovens e Adultos: questões políticas e pedagógicas</i>	
1. Educação de jovens e adultos e as políticas neoliberais	26
2. Alfabetização de jovens e adultos	29
3. O processo pedagógico na alfabetização de jovens e adultos.....	38
Capítulo II - <i>O Programa Alfabetização Solidária (PAS)</i>	
1. A Comunidade Solidária.....	44
2. PAS: organização e funcionamento	48

4. Orientações para formação dos alfabetizadores do PAS.....	65
--	----

Capítulo III - A *UniSantos* no PAS

1. Características Gerais.....	74
--------------------------------	----

2. Capacitação dos alfabetizadores.....	85
---	----

3. A Questão Ambiental como Tema Gerador na Capacitação de alfabetizadores: o diferencial da UniSantos.....	98
---	----

Considerações Finais	105
----------------------------	-----

Referências Bibliográficas	110
----------------------------------	-----

Anexos

RELAÇÃO DE SIGLAS

AJA – Alfabetização de Jovens e Adultos

AAPAS – Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária

ABRONG – Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais

ANPEd – Associação Nacional de Pós - Graduação e Pesquisa em Educação

BID – Banco Inter - Americano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CES – Centro de Estudo Supletivo

CNAIA – Comissão Nacional para o Ano Internacional da Alfabetização

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar

CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FAFIS – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santos

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEF – Fundos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OREALC – Oficina Regional de Educação para América Latina e Caribe

PAS – Programa Alfabetização Solidária

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PGCU – Projeto Grandes Centros Urbanos

PRAJA - Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos

PLANFOR – Plano Nacional de Formação do Trabalhador

PNAC – Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGCU – Projeto Piloto Grandes Centros Urbanos

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e
Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

RELAÇÃO DAS ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

01- Idade dos alfabetizadores dos municípios nordestinos parceiros da UniSantoS no PAS.....	46
02 - Escolaridade dos alfabetizadores dos municípios nordestinos parceiros da UniSantos no PAS.....	49
03 - Alunos atendidos pelo PAS nos municípios parceiros entre 97/02.....	50

QUADROS

01 - Resoluções da Conferência de Jomtien (visão ampliada) e sua redução nas orientações de reforma educacional do banco Mundial para a	
--	--

Educação Básica.....	22
02 - Construção da rede de parceiros da Comunidade Solidária.....	30
03 - Distribuição formal de responsabilidades dos parceiros envolvidos no PAS.....	33
04 - Relação dos membros do Conselho Consultivo, formado em 98 pela Coordenação de Universidades do Programa.....	37
05 - Temas e Textos utilizados no curso de capacitação de julho de 2001.....	52
06- Temas e textos propostos para o curso de capacitação em janeiro e julho de 2002.....	56

TABELAS

01 - Evolução do analfabetismo no Brasil – 1920/1996 – entre pessoas com 15 anos ou mais.....	24
02 - Taxa de analfabetismo absoluto e funcional da população de 15 anos ou mais por região em 1999.	25
03 - Número de Municípios Selecionados por Estado e Taxa de Analfabetismo para o Projeto Piloto – 1º semestre de 1997.....	31
04 - Evolução dos Municípios, Universidades e Empresas parceiras envolvidas no Programa Alfabetização Solidária - PAS de 1997 a 2000.....	34
05 - Escolaridade dos Alfabetizadores que atuaram nos Módulos I e II no PAS.....	36
06 - Número de Instituições de Ensino Superior (IES) parceiras do PAS, por Unidade Federativa.....	39

07- Aumento percentual dos dados dos Módulos I e VIII do PAS.....	40
08 - Comparação dos índices de analfabetismo entre jovens de 15 anos ou mais das localidades assistidas nos Módulos I e VIII do Censo/1991 e 2000.....	41
09 - Índice de analfabetismo da população dos municípios parceiros.....	42
10 - Evolução dos municípios, coordenadores, monitores e alfabetizadores participantes dos cursos de capacitação na FAFIS.....	45
11 - Evolução do número de alunos dos cursos de graduação que participaram dos cursos de capacitação de alfabetizadores e a carga horária.....	48

INTRODUÇÃO

Desde 1987 venho exercendo, na Universidade Católica de Santos, atividade de docência na área de Botânica, no curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFIS¹, e desenvolvendo trabalhos de pesquisa nos manguezais dos municípios de Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente, iniciados no último ano da minha graduação nesta mesma instituição.

Em janeiro e julho de 1998, o Departamento de Ciências Biológicas recebeu ofícios por parte das professoras coordenadoras do Programa Alfabetização

¹ Em 2003, a UniSantos substituiu a estrutura de divisão da área de graduação em faculdades por um sistema de Centros de Ensino. O prédio onde funcionam os cursos de licenciaturas, conhecido como FAFIS, passou a denominar-se Centro de Ciências da Educação, que abrange os cursos de Ciências Biológicas, Filosofia, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia. Neste trabalho, será mantida a denominação FAFIS para o período correspondente à sua vigência.

Solidária (PAS), em parceria com a UniSantos, solicitando um professor que pudesse realizar uma trilha no Forte da Barra, com a participação de alfabetizadores de Pernambuco². Nas duas ocasiões choveu muito e as saídas foram canceladas.

Meu envolvimento com o PAS ocorreu, efetivamente, em janeiro de 1999, quando fui convidada pelas coordenadoras a montar oficinas para os alfabetizadores dos municípios de Pernambuco agora, também, da Paraíba, durante o curso de capacitação.

Os espaços do prédio da FAFIS, ociosos nos períodos de férias, eram preenchidos por um pedacinho do Nordeste. A saudade que os alfabetizadores sentiam de casa era aliviada pelo som que ouviam alto, de forró de pé de serra, nos intervalos das atividades. A presença destas pessoas, com seu sotaque característico, chamava muito a atenção de funcionários e professores que estivessem no local. Entusiasmada com a possibilidade de desenvolver atividades diferenciadas com este público e com a ajuda de seis alunos do 2º ano do Curso de Biologia, coordenei a preparação e o desenvolvimento de oficinas sobre água, lixo, verminoses e sexualidade.

A experiência com os alfabetizadores me trouxe muitos questionamentos. Os conceitos, ou melhor, os pré-conceitos que os nossos alunos da graduação tinham sobre o povo nordestino, sua cultura, seus valores e exercício da cidadania, eram discutidos no final de cada dia. Na nossa avaliação, o saber científico do grupo não foi suficiente para que pudéssemos contextualizar nossas atividades. Faltava-nos o

² Como será detalhado mais adiante, a parceria do PAS com as Universidades supõe a “adoção” de municípios. A UniSantos iniciou sua parceria em julho de 1997, adotando um município de Pernambuco, Lagoa dos Gatos, com taxa de analfabetismo superior a 55%. Em 1998, acrescentaram-se Bom Conselho, também de Pernambuco, Boqueirão e Gado Bravo, da Paraíba.

conhecimento do cotidiano daquelas pessoas que viviam na região do Cariri³, uma realidade com características totalmente diferentes da nossa.

Em 2000, passei a coordenar as equipes de alfabetizadores dos municípios de Boqueirão e Gado Bravo, ambos no Estado da Paraíba. Como coordenadora, comecei a visitá-los mensalmente e a conhecê-los não como turista que visita o nordeste e sim como uma amiga paulista, uma brasileira que vive na cidade grande, com diferentes vivências culturais. Como amiga, meu repúdio pelo descaso das autoridades, a falta de vontade política para resolver os problemas da seca, que acarreta diretamente problemas de saúde, de educação, falta de trabalho e que faz milhares de mulheres tornarem-se “viúvas da seca”. A alegria e a religiosidade estão presentes no cotidiano destas pessoas e são diretamente proporcionais às dificuldades materiais da população.

A cada ano, novos professores e alunos de diferentes cursos da graduação passaram a integrar a equipe do PAS, na UniSantos, estabelecendo uma relação de co-responsabilidade no desenvolvimento de atividades voltadas para a capacitação de alfabetizadores desses municípios parceiros.

A satisfação de conhecer novas pessoas, de outras localidades, somada ao sentimento profissional – e cidadão – de contribuir para a sua formação e transformação de sua condição, foi despertando-me para a necessidade de compreender melhor o processo que vivenciávamos e de refletir sobre suas possibilidades e seus limites.

Assim é que, ao ingressar no Mestrado em Educação da UniSantos, já vinha com a intenção de definir, como objeto de minha pesquisa, algo relacionado ao trabalho de capacitação de alfabetizadores, na parceria entre a Unisantos e o PAS.

³ Região geográfica do sertão semi-árido nordestino, caracterizado pela presença de vegetação de

O OBJETO E O PROBLEMA DA PESQUISA

Este trabalho tem como premissa a noção de que o ato de alfabetizar necessita de pessoas compromissadas e capacitadas para este fim, principalmente em se tratando de alfabetização de jovens e adultos. É importante compreender que o analfabeto adulto *“vive numa sociedade letrada e por isso suas exigências culturais implícitas são as da linguagem alfabética, que é a do seu meio”* (PINTO, 2001, p.100). O papel do professor é de permitir que o jovem e o adulto se apropriem da nova realidade para que possam incorporar “o saber letrado como elemento da consciência crítica que começa a produzir para si” (PINTO, 2001, p.100).

Para o autor, este processo exige que o educando saia “das condições inferiores em que vive” (PINTO, 2001, p.100). A educação por si só, não tem este poder, mas contribui para tal quando se direciona para “fazê-lo compreender sua realidade”, o que passa pela apropriação “dos símbolos de uso corrente na sociedade”. E, já que as “fases superiores da cultura se caracterizam pelo saber letrado”, torna-se imprescindível o aprendizado da leitura e da escrita, como “aspectos da mesma função intelectual de *simbolização*, que é própria do homem” (PINTO, 2001, p.100 – itálico do autor).

O processo de alfabetização requer, portanto, que o alfabetizador permaneça mais tempo com seus alunos, crie um ambiente de cumplicidade e compromisso do educador com o educando, num trabalho para o qual o alfabetizador esteja bem preparado e continuamente orientado e que seja atendido sistematicamente nas

suas atividades. Sob este aspecto, a organização e o funcionamento do PAS são questionáveis, como será abordado no Capítulo II.

A abertura do Programa às IES conveniadas para apresentação de projetos próprios, levou a equipe de coordenadores da parceria UniSantos/PAS a investir nos cursos de capacitação de alfabetizadores. Muitas reuniões de professores e alunos da Unisantos, envolvidos no PAS, resultaram em muitos estudos, para que os cursos de capacitação fossem cada vez mais pertinentes com as necessidades da população de cada município envolvido no Programa. Assim, no transcorrer destes quatro anos, oito cursos de capacitação foram realizados nas dependências da FAFIS e me provocaram algumas inquietações. A percepção de que as políticas públicas de alfabetização de jovens e adultos têm se caracterizado como campanhas assistencialistas me levava a refletir se o PAS não seria mais uma entre tantas campanhas de alfabetização. Por outro lado, perguntava-me em que medida PAS poderia contribuir, de fato, para erradicar o analfabetismo nos Estados das regiões Norte e Nordeste.

Estas inquietações evoluíram para a escolha do tema desta pesquisa, com duas perguntas:

1. Qual a visão de alfabetização presente no (ou subjacente ao) modo como o PAS se organiza e orienta as parcerias com as instituições conveniadas?
2. Como se manifesta a autonomia da UniSantos, enquanto instituição conveniada, na preparação e no desenvolvimento da capacitação dos alfabetizadores?

Para poder responder a essas inquietações, dois objetivos nortearam este trabalho. O primeiro, verificar, na documentação referente ao PAS:

- ✓ Sua organização e seu funcionamento;
- ✓ As normas para o estabelecimento de parcerias;

✓ As orientações metodológicas às instituições conveniadas para o desenvolvimento do Programa.

E o segundo, analisar o processo de capacitação de alfabetizadores desenvolvido pela UniSantos em parceria com o PAS, buscando identificar suas peculiaridades, seus limites e suas possibilidades.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Como primeiro passo, procedi a uma revisão bibliográfica, baseando-me, principalmente, no Estado da Arte – Ação Educativa⁴ sob a coordenação de Sérgio Haddad, no período de 1986 a 1998 (HADDAD, 2000)⁵;

Vários são os trabalhos, entre livros, artigos, dissertações, teses e monografias de conclusão de cursos que abordam temáticas relativas a EJA, constando de análises documentais, estatísticas e de discurso, exames de políticas,

⁴ A Ação Educativa é uma organização não governamental que atua nas áreas da educação e da juventude. Fundada em 1994, desenvolve projetos que envolvem formação de educadores e jovens, animação cultural, pesquisa, informação, assessoria a políticas públicas, participação em redes e outras articulações interinstitucionais (Ação Educativa, 2004).

⁵ **Consultei também as seguintes páginas da Internet:: site do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP; a biblioteca digital Paulo Freire, a biblioteca digital da Ação Educativa; Secretaria de Educação do Distrito Federal, os site da ABDEPP Freinet; Centro de referência em Educação de Jovens e Adultos (CEREJA) do PAS. E ainda: o CD-Room da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped; o Relatório Parcial da Pesquisa Coletiva do Mestrado em Educação - UniSantos.**

de concepções e de práticas, estudos de caso, estudos comparativos sob os mais diversos enfoques (histórico, político, filosófico, psicológico, sociológico, antropológico, pedagógico) e referenciais teóricos.

Situando a EJA no campo da Educação Popular ou concebendo-a como um campo específico, discutindo-a no âmbito da educação escolar ou de projetos alternativos, relacionando-a com o ensino supletivo e /ou com o regular, os trabalhos versam sobre : História da EJA, Políticas Públicas para EJA, Currículo para EJA, perfil do aluno de EJA, tendo por universo localidades específicas (municípios, estados, regiões) ou o Brasil como um todo .

A Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA) é um subtema de grande destaque, ao qual se dedicam vários trabalhos que analisam campanhas, propostas e experiências específicas quanto à concepção, ao método, ao material didático, ao perfil do alfabetizando etc.

Especificamente sobre o PAS, foi possível localizar teses, dissertações e monografia apresentadas entre 2002 e 2004, a seguir referidas⁶:

Analisando a prática pedagógica dos alfabetizadores encontram-se os trabalhos de CARVALHO (2003), um estudo de caso realizado nos Municípios de Pitimbu e Assunção/PB, na UFPB, sob a orientação de Rogéria Gaudêncio do Rego e o de SEPÚLVEDA (2003). A primeira averiguou as práticas pedagógicas dos alfabetizadores de jovens e adultos da Alfabetização Solidária, observando como refletem nas conquistas, expectativas, necessidades e dificuldades presentes no cotidiano dessa ação pedagógica, procurando entender os significados dessa experiência para suas vivências. A autora escolheu, como foco dessa investigação,

⁶ Informações obtidas em resumos das produções divulgados nos sites CEREJA e Biblioteca Virtual da Ação Educativa.

trabalhar com a categoria conscientização, enquanto caminho que poderá possibilitar a emancipação política dos sujeitos sociais envolvidos nesse contexto educacional entendendo que nesse processo as categorias saber/poder se implicam mutuamente, uma vez que o poder se constitui de um campo de saber e que culturalmente, em nossa sociedade, isso reflete numa relação de dominação. Portanto, para adentrar no interior destas questões que estão presentes nas práticas sociais, especialmente no seio da educação formal, apoiou-se na filosofia freireana, através da sua vasta contribuição sobre Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular, mediatizadas pela concepção de uma Pedagogia do Diálogo. A segunda, sob orientação da Profª Drª Mere Abramowicz, foi apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O trabalho originou-se a partir das reflexões e inquietações da ex-Coordenadora Pedagógica Setorial, sobre o processo de formação inicial das(os) alfabetizadoras(es) da Alfabetização Solidária. Reflexões sobre a história da alfabetização de adultos, no Brasil, mais precisamente no que diz respeito à formação da(o) professora(or) (SEPÚLVEDA, 2003).

Sobre o papel das IES parceiras, foram localizados os trabalhos de Gladys Beatriz Barreyro, apresentada na Faculdade de Educação da USP, sob a orientação de Maria do Rosario Silveira Porto, de Joveliana Amado da Silveira, apresenta ao Centro Universitário do Triângulo - UNIT, sob orientação de Marilúcia de Menezes Rodrigues e o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado ao Centro Universitário Monte Serrat, Santos, pelas alunas Adriana Cardoso de Souza, Márcia Luzia dos Santos e Wania Aparecida Alves de Almeida. A tese de BARREYRO (2003) pretende no nível micro, descrever, explicar e analisar como se operacionaliza a parceria entre o Programa Alfabetização Solidária nos grandes centros urbanos e a Universidade, e especialmente a intervenção dela no

cumprimento e/ou resignificação dos postulados do Programa Alfabetização Solidária (PAS) nos diversos aspectos da implementação. Trata-se de um estudo de caso realizado em três universidades, uma pública e duas privadas situadas na Grande São Paulo no período de 2002. Sustentada numa abordagem qualitativa, procura analisar os dados coletados através de entrevistas abertas, semi-estruturadas, participação em encontros, observação direta e consulta a fontes primárias e secundárias de documentos referentes ao Programa Alfabetização Solidária. Enquanto a dissertação de mestrado de SILVEIRA (2003) tem como tema *Alfabetização Solidária e o papel do Centro Universitário do Triângulo - UNIT e da Universidade Federal de Uberlândia - UFU*. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou a análise documental, de conteúdo e estatística. *Alfabetização Solidária: uma saída para a erradicação do analfabetismo* é o título da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela professora Idalina Konieczna Amaral Gomes Silva, relata como a IES se estrutura para a capacitação dos alfabetizadores dos municípios parceiros (SOUZA, SANTOS E ALMEIDA, 2002).

Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos - PRAJA visão do aluno, de Nelcida Maria Cearon é uma pesquisa empírica desenvolvida em Teixeira de Freitas e região do extremo sul da Bahia. Orientada por Kazumi Munakata, a dissertação de mestrado foi apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEARON, 2004).

Sobre formadores leigos, a dissertação de mestrado *"Cartas de Moçambique: uma experiência de afetividade no processo de formação de professores"*, de Edna Tamarozzi, foi defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Profª Drª Laurinda Ramalho de Almeida. O trabalho teve sua origem

com a participação da pesquisadora na Alfabetização Solidária em Maputo, Moçambique, África. O objeto de estudo foram cartas produzidas pelos participantes do curso de formadores leigos, desenvolvido pela AlfaSol. Os resultados obtidos nas análises confirmam a hipótese de que a afetividade é uma dimensão que deve ser considerada na relação formador/formandos, para que os objetivos propostos no processo de formação sejam alcançados (TAMAROZZI, 2003).

Alfabetização emancipatória e contextos diferenciados: Brasil e Moçambique é o título da Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Metodista de São Paulo, por Maria de Fátima Garcia Moreira Daniel. O trabalho, orientado pela Profª Drª Zeila de Brito Fabri Demartini, apresenta um entrelaçamento de histórias e um encontro de muitas pessoas. Trata-se da história da menina que sonhava ser professora; as várias histórias das pessoas que se sentiam isoladas e apartadas do mundo por sentirem-se improdutivas e ignorantes porque, devido a inúmeras circunstâncias, não enxergavam como poderiam realizar um único desejo: aprender a ler e a escrever. É nesse espaço de desejo e sonho que vem cruzar uma outra história: a dos movimentos de outros sonhadores, e alguns nem tanto, de possibilitar a pessoas como aquelas a realização do seu sonho: ensiná-las a ler e a escrever (DANIEL, 2003).

A análise dos documentos referentes ao Programa Alfabetização Solidária foi realizada em fontes primárias, constando de:

- ✓ correspondências entre o PAS e a UniSantos⁷;

⁷ De 1997 a 2002, foram enviados pelo PAS à UniSantos um total de 121 documentos. Destes documentos, 91 estão na forma de carta ofício, 26 na forma de fax e quatro e-mails, todos apresentando conteúdo com informes burocráticos, tais como: dados para a capacitação; aprovação de crédito para o curso de capacitação; disponibilidade de bilhete de reserva (PTA); informe sobre carga horária e liberação do pagamento dos alfabetizadores; informes sobre os Seminários de Avaliação do Programa e das Semanas de Alfabetização.

- ✓ revista do Programa Alfabetização Solidária v. 1,2,3,4; anos 2001, 2002, 2003 e 2004;
- ✓ revista Científica do Conselho Consultivo das Universidades parceiras do Programa Alfabetização Solidária;
- ✓ publicações do PAS: Relatórios de avaliação de impacto da atuação; de atividades; Relatórios semestrais de Avaliação Final; Trajetória 2003 – 7 anos; Projeto Piloto Grandes Centros Urbanos e Projeto Grandes Centros Urbanos.
- ✓ relatórios mensais e semestrais elaborados pela universidade⁸.

E em fontes secundárias:

Matérias divulgadas em páginas *web* da Internet, relacionadas com o objeto da pesquisa.

- ✓ Livros, artigos e outros trabalhos que tratam da temática.
- ✓ Depoimentos obtidos em entrevistas⁹.

Este trabalho está organizado em três capítulos: No primeiro, discuto aspectos de questões políticas e pedagógicas implicadas na EJA nas últimas décadas. No segundo, relato como está estruturado o PAS, como se deram os processos da sua implantação, organização e funcionamento e quais as suas orientações para formação de alfabetizadores. No terceiro, descrevo a parceria UniSantos / PAS sob três enfoques: como se deu e como está caracterizada esta parceria; como ocorre o curso de capacitação no campus da FAFIS, desde a seleção

⁸ Foram consultados os documentos elaborados pela Universidade e enviados para o PAS entre 1997 e 2002. Entre eles há 11 relatórios, preparados ao término de cada curso de capacitação. Não obtive respostas às perguntas encaminhadas via correio eletrônico sobre o PAS .

⁹ Durante o desenvolvimento do trabalho, necessitei de alguns esclarecimentos sobre o envolvimento da Vice-Reitoria Comunitária antes, durante e depois da realização dos cursos de capacitação e para isso, entrevistei o professor Antonio Fernando da Conceição Santos que na época respondia por essa vice-reitoria.

dos alfabetizadores até a produção do relatório que é enviado ao PAS; a importância da Educação Ambiental nos diferentes espaços de formação. Nas considerações finais retomando as perguntas iniciais, discutindo-as a partir do levantamento realizado.

CAPÍTULO I

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ASPECTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS

*“A alfabetização favorece a identidade cultural, a participação democrática e a cidadania, a tolerância e o respeito pelo próximo, o desenvolvimento social, a paz e o progresso”
(MATSUURA, 2002 a)*

1. EJA E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

O Programa Alfabetização Solidária – PAS, surgiu em meados da década de 90, em plena vigência do modelo de política econômica neoliberal. Foi instituído por um governo que norteou suas ações na visão de estado mínimo e na lógica do mercado, em todas as áreas, inclusive na educacional (SAVIANI, 2003).

O modelo neoliberal propõe uma mudança ao papel do Estado, sustentando que o mercado deveria substituir a política, o monetarismo substituiria o keynesianismo, e portanto, o Estado mínimo deveria suceder o Estado de Bem Estar. Outra estratégia proposta pelo neoliberalismo é a retirada do governo das decisões econômicas, garantindo os interesses dos setores privados da economia (AGUIAR, 2003).

No transcorrer dos anos 90, o Estado brasileiro delineou um modelo educacional para o País,

mediante um processo de reforma visível especialmente na legislação, regulamentação e normatização; no planejamento educacional; no desenho / gestão de programas; na reorganização administrativa; nas linguagens e práticas de gestão educacional da esfera central do sistema educacional (FREITAS, 2000).

Em 1995, o Banco Mundial indicou a educação, sobretudo a educação básica, como chave para o aumento sustentável de taxas de crescimento econômico, para a superação das desigualdades e para a obtenção de um ambiente político estável. Existe uma estreita relação entre educação e desenvolvimento econômico nas ações do Banco Mundial e estão presentes na própria definição de proposições e projetos educacionais gestados nos âmbitos federal e estaduais.

São esses projetos que habilitam os governos ao recebimento dos empréstimos. São esses projetos que veiculam o ideário do Banco e interagem com as políticas educacionais em curso (BARONE, 1999) .

Aceitando as regras do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, o governo de Fernando Henrique Cardoso promoveu reformas nos sistemas administrativo e educacional, como a municipalização do ensino fundamental, as novas propostas curriculares e de avaliação do rendimento escolar e docente (SAVIANI, 2003).

A educação de jovens e adultos encontra-se à margem das políticas públicas e circunscrita à esfera do assistencialismo¹⁰, da filantropia. Parte significativa dos debates realizados entre os diferentes segmentos da sociedade civil, e que estão se materializando através de diferentes propostas e políticas educacionais governamentais, articula-se em torno de pressupostos amplamente divulgados pelos organismos internacionais – Banco Mundial/ BIRD, BID, CEPAL, ONU, UNESCO/OREALC. Ainda que a expansão e a oferta do ensino básico sejam significativas, quer no contexto mundial, latino-americano ou brasileiro, permanece alto o número de jovens e adultos analfabetos, situação que se amplia quando se

¹⁰ Trata-se da participação dos indivíduos na assistência aos excluídos de algum direito. É uma ação de cunho voluntário e motivação individual que procura minimizar os efeitos da pobreza ou de algum tipo de desigualdade. Trata-se de uma atuação sobre os efeitos de estruturas desiguais. Seus limites estão no fato de ser uma intervenção sobre as consequências e não sobre as causas (HADDAD, 2002) .

consideram os analfabetos funcionais¹¹ (BARONE, 1999). Dentro da concepção neoliberal, as políticas sociais,

não devem ser promovidas pelo Estado, já que isso significaria um desequilíbrio nas condições dos indivíduos, um aumento de gastos que levaria novamente à crise fiscal e uma intervenção no âmbito das decisões privadas que afetaria a liberdade individual (BIANCHETTI 1997, p. 111)

Esta concepção pode ser observada nas políticas públicas de educação do governo Fernando Henrique Cardoso que tenderam a deslocar a alfabetização de jovens e adultos para o terreno dos programas assistenciais visando atenuar os efeitos perversos da exclusão social. Aliás, isto se dá também em relação a outras modalidades de educação, inclusive no ensino regular. Dentro da lógica de diminuição das responsabilidades do Estado, no atendimento aos direitos de educação, a sociedade civil tem sido chamada para colaborar diretamente com a oferta dos serviços educacionais. Ao mesmo tempo, verificam-se no âmbito da sociedade civil, entidades que vão ganhando relevância no campo da educação. São entidades filantrópicas ou de caráter assistencial chamadas a colaborar com o Estado, deslocando parte da responsabilidade pelo sistema escolar do plano das políticas universais públicas para o plano das políticas compensatórias, mantendo-a à margem do sistema educacional como um todo. É o caso da educação de adultos, que foi deixada de lado dentro das prioridades da oferta dos sistemas públicos e vem sendo alocada como de responsabilidade das organizações da sociedade civil e da iniciativa privada a tarefa de propor e implementar programas (BARONE, 1999; HADDAD & DI PIERRO, 1999).

¹¹ O conceito de analfabetismo funcional adotado pela UNESCO: uma pessoa que, mesmo sabendo ler escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia-a-dia e se desenvolver pessoal e profissionalmente (IPM, 2004).

O discurso neoliberal vem reservando a esta modalidade de atendimento escolar objetivos bastante definidos, que são os de qualificar e requalificar mão-de-obra para atender às exigências do mercado capitalista e para que a educação deixe de ser um direito público e passe a ser tratada como qualquer outro bem de consumo (OLIVEIRA,2003).

2. ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – AJA

A AJA vem se caracterizando, no Brasil, predominantemente através de campanhas¹² e movimentos.

São elementos de campanha: duração prevista enquanto persistirem as elevadas taxas de analfabetismo no país (mas em geral propondo-se a cumprir o objetivo de “erradicação” em dez anos); prestação voluntária de serviços; divulgação, concessão de locais para o funcionamento de cursos sob responsabilidade da sociedade civil; não há exigência de formação especializada para o alfabetizador; os alfabetizadores recebem ajuda de custo, como forma de pagamento; não há vínculo empregatício, não é contado o tempo de serviço e os alfabetizadores não têm direito a assistência médica (SAVIANI, 1981, p. 198).

Assim, tivemos entre 1915 e 1958 as seguintes campanhas: Liga Brasileira contra o Analfabetismo; Cruzada Nacional de Alfabetização; Bandeira Paulista de Alfabetização; Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo; Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA); Campanha de Educação de Adultos

¹² Iniciativa governamental ou não, com o propósito de erradicar o analfabetismo (SAVIANI, 1981, p.78).

Campanha Nacional de Educação Rural; Campanha Nacional de Educação de Adultos.¹³

No início dos anos 60, vários programas de alfabetização e educação popular foram inspirados pela proposta de alfabetização de Paulo Freire, caracterizando-se como “movimentos paralelos”, por não resultarem de iniciativas governamentais. Atuaram de 1961 a 1964: o MEB (Movimento de Educação de Base); a Cruzada ABC (Ação Básica Cristã); os MCPs (Movimentos de Cultura Popular); os CPCs estudantis (Centros Populares de Cultura); o SPFEA (Sistema Paulo Freire de Educação de Adultos) (SAVIANI, 1981, p. 86; RIBEIRO, 1999, p. 26).

Entre as campanhas recentes, a mais conhecida é o MOBRAL¹⁴ instituída no início dos anos 1970. Objetivava a erradicação do analfabetismo, trabalhava no sentido da legitimação da ideologia e do atendimento às solicitações oriundas do modelo de desenvolvimento socio-econômico em curso no momento de sua implementação. O MOBRAL foi extinto em 1985, quando a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - Educar veio ocupar seu lugar, com a função de apoiar financeiramente e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas (RIBEIRO, 1999, p. 33).

A erradicação do analfabetismo só poderá vir realmente no momento em que sua causa principal for atacada, garantindo a escolarização fundamental para todos. O funcionamento de uma escola discriminatória garante uma clientela permanente ao MOBRAL e, ao setor industrial, um exército de reserva de mão de obra de baixo custo, sempre pronto para substituir trabalhadores que incomodam (doentes, gestantes, grevistas, etc.) (GADOTTI, 1981).

¹³ Sobre o histórico de EJA e das campanhas de AJA ver, entre outros: PAIVA (1983), BEISIEGEL (1974), DI PIERRO (1992), RIBEIRO (1999).

¹⁴ Campanha oficial: proposta, organizada e controlada pelo Governo. Movimento que nasceu com algumas características de campanha, em resposta à necessidade de alfabetização massiva da população (SAVIANI, 1981, p.196).

O PAS – Programa de Alfabetização Solidária, começou como oficial e passou a ONG em 1999, estendendo-se pelo período de vigência do governo Fernando Henrique Cardoso¹⁵. A diferença entre o PAS e as demais campanhas, está na forma como se organiza (em parceria com universidades e organizações sociais) e como capta recursos privados.

O contexto do surgimento do PAS é marcado, em educação, pelas decisões da Conferência Mundial de Educação para Todos¹⁶, realizada em Jomtien (Tailândia) em 1990, sob orientação do UNICEF/PNUD, que expressa e reforça a fundamentalidade da educação básica.

As determinações da Conferência estão marcadas por um discurso voluntarista que se expressa, principalmente, através da proposta de avançar até a meta de universalização da educação básica, em um contexto onde a noção de qualidade toma o lugar da quantidade. Está presente a idéia de que a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem¹⁷ conduz ao desenvolvimento humano, fazendo com que o instrumental apareça subordinado a valores do código ético/moral. Neste sentido, ao se transformar em uma proposta de desenvolvimento humano, o discurso elaborado em Jomtien, aparentemente, contraria a idéia de deixar nas mãos do mercado mundial a decisão sobre qual projeto de desenvolvimento implantar nos diferentes países.

¹⁵ O PAS convive, hoje, com o programa Brasil Alfabetizado, que constitui a campanha oficial do governo Lula. Coordenado pelo MEC, este programa celebra convênios com instituições alfabetizadoras de jovens e adultos, procurando viabilizar, por meio de repasse de recursos, as condições para que as instituições possam desenvolver a tarefa de ensinar a ler e escrever e também acompanhar e avaliar todas as ações dos conveniados (MEC, 2004).

¹⁶ O sistema das Nações Unidas realizou, ao longo da década de 90, um conjunto de eventos internacionais que ficaram conhecidos como “as conferências do ciclo social da ONU”. A primeira delas foi realizada em Jomtien, promovida pela UNESCO, que reuniu em sua preparação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação um Comitê de agências internacionais formado também pela UNICEF, PNUD e Banco Mundial, envolvendo um potencial superior de cooperação técnica e financeira internacional (DIPIERRO, 2000, p.84).

¹⁷ O conceito de necessidades básicas de aprendizagem, surgiu nos anos 70, serviu de base para a educação básica e sua “visão ampliada” acordada em 90 na Declaração Mundial de Educação para

A proposta originada desta Conferência está voltada para a idéia de "satisfação das necessidades básicas de aprendizagem", cuja realização solicita a integração da educação às demais políticas sociais. Explicita-se, ao mesmo tempo, uma preocupação em difundir o conceito de "desenvolvimento humano", procurando dar ao processo de ajuste econômico, promovido pelos organismos financeiros internacionais, um "rosto humano" (BARONE, 1999).

Nos anos 90, o eixo de reflexão por parte da UNESCO está na qualidade da educação e, em particular, na qualidade da gestão do sistema, considerada central para o desenvolvimento e crescimento dos países. Novos desafios se impõem à educação a partir de reformas educativas mais globais, para o Ano Internacional da Alfabetização (BARONE, 1999).

Os principais compromissos firmados em Jomtien, foram

os de tornar a escola básica acessível a todas as crianças e reduzir drasticamente o analfabetismo até o final do milênio, oferecendo condições para que crianças, jovens e adultos possam satisfazer suas necessidades de aprendizagem (DI PIERRO, 2000, p.84).

Na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Hamburgo, 1997) promovida pela UNESCO, os membros participantes formularam um conceito amplo de formação de pessoas adultas que compreende uma multiplicidade de processos formais e informais de aprendizagem e educação continuada ao largo da vida. Essa concepção ampliada já estivera presente na Conferência Mundial de Educação Para Todos (Jomtien, 1990) e no Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, refletindo-se nos indicadores de avaliação¹⁸ da década. Um desses

Todos, em Jomtien, incluindo a aprendizagem permanente de crianças, jovens e adultos dentro e fora da escola (MATSUURA, 2002).

¹⁸ Desde 2001 o Instituto Paulo Montenegro (ligado ao Ibope) e Ação Educativa vêm apurando o **INAF** - Indicador Nacional de Alfabetismo, mediante testes de leitura, escrita e cálculo aplicados a amostras representativas da população de 15 a 64 anos.

indicadores refere-se ao objetivo de ampliação dos serviços de educação básica e capacitação de pessoas jovens e adultas em competências essenciais à vida cotidiana, ao trabalho e à participação cidadã.

O conceito de educação básica difundido pelo Banco Mundial está relacionado a oito anos de escola, os quais seriam capazes de proporcionar às crianças a aquisição do conhecimento, as habilidades e as atitudes essenciais para funcionar de maneira efetiva na sociedade. Assim, equipara-se o educativo ao escolar e trata-se fundamentalmente com crianças. A educação básica que se adquire em outras instâncias, como a família, a comunidade, o trabalho, ficam fora das propostas, que também não contemplam os programas de educação não-formal e de educação de adultos, o que expressa algumas das fragilidades do "ideário" apresentado.

Porém, divergências notáveis entre as resoluções da Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990) e as orientações do Banco Mundial (um dos signatários de Jomtien) para as reformas educacionais da América Latina e Caribe, foram apontadas por Maria Torres (1996) e que podem ser observadas no Quadro 1.

QUADRO 1: Resoluções da Conferência de Jomtien (visão ampliada) e sua redução nas orientações de reforma educacional do Banco Mundial para a Educação Básica .

VISÃO RESTRITA	VISÃO AMPLIADA (Jomtien)
• Dirige-se a crianças • • Realiza-se no equipamento escolar • Equivale à educação de primeiro grau ou algum nível escolar estabelecido estudo • Garante-se através do ensino de determinadas matérias • Reconhece como válido um único tipo de saber: o adquirido no equipamento escolar • Limita-se a um período da vida de uma pessoa • É homogênea, igual para todos • É estática, matem-se relativamente inalterada • É responsabilidade do Ministério da Educação • Guia-se por enfoques e políticas setoriais • É responsabilidade do Estado	Dirige-se a crianças, jovens e adultos Realiza-se dentro e fora do equipamento escolar Não se mede pelo número de anos de mas pelo efetivamente aprendido Garante-se através da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Reconhece diversos tipos de fontes de saber, incluídos os saberes tradicionais Dura a vida toda e se inicia com o nascimento É diferenciada (já que são diferentes as necessidades básicas de aprendizagem dos diversos grupos e culturas) É dinâmica, muda ao longo do tempo Envolve todos os ministérios e Instâncias governamentais responsáveis por ações educativas Requer enfoques e políticas intersetoriais É responsabilidade do Estado e de toda a construção de consensos e coordenação de ações.

Fonte: TORRES, 1996 *apud* ROSEMBERG, 2000.

Os dados censitários do IBGE (Tabela 1) disponíveis para o ano de 1996 informavam que 11% da população brasileira com idade igual ou superior a 15 anos participavam em alguma modalidade do ensino básico com algum grau de defasagem na relação idade/série ideal, mas não o faziam em programas de educação de adultos.

TABELA 01: Dados percentuais e absolutos do analfabetismo no Brasil – 1920-1997

Ano / Censo	%	Analfabetos
1920	64,90	11.401.715
1940	56,00	13.269.381
1950	50,50	15.272.632
1960	39,60	15.964.852
1970	33,60	18.146.977
1980	25,50	18.716.847
1982	23,1%	17.685.987
1984	21,3%	17.273.309
1986	20,0%	17.320.725
1987	19,7%	17.456.384
1988	19,0%	17.269.137
1989	19,0%	17.588.221
1990	18,0%	17.762.629
1991	20,07	19.233.758
1996	13,03	14.018.960
1997	14,7	_____

Fontes: IBGE. Censos Demográficos e Contagem da População 1996. PNAD1997 *apud* HADDAD & DI PIERRO (1999) e MACHADO (2004).

Os índices de cobertura dos programas de educação de jovens e adultos, segundo esta fonte, situavam-se em menos de 1% da demanda potencial por alfabetização e exatos 4% da demanda por ensino fundamental (HADDAD, 1999).

Durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso¹⁹ foram concebidos e tiveram início três programas federais de formação de jovens e adultos que guardam entre si três traços comuns: nenhum deles é coordenado pelo Ministério da Educação; todos são desenvolvidos em regime de parceria, envolvendo diferentes instâncias governamentais, organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa; destinam-se a populações de baixa renda e escolaridade. São eles: o Plano Nacional de Formação do Trabalhador – PLANFOR (1995); o Programa Alfabetização Solidária – PAS (1996) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA (DI PIERRO, 2000, p. 206). Mantendo-se à margem do sistema educacional como um todo, os três programas, apresentam caráter político assistencial e compensatório, cuja responsabilidade vem sendo atribuída à sociedade civil e à iniciativa privada (BARONE, 1999; DI PIERRO, 2001),

Apresentando configuração de ação compensatória, em 2001, o Governo Federal transfere verbas do Tesouro e do Fundo de Combate à Pobreza, para o programa Recomeço. Este programa acontece em municípios com baixos índices de desenvolvimento humano – IDH. Jovens e adultos inscritos no ensino fundamental presencial recebem R\$ 230, 00 ao ano (DI PIERRO, 2001).

Com o intuito de cumprir um dos principais compromissos firmados em Jomtien, que é de *“reduzir drasticamente o analfabetismo até o final do milênio”*, a proposta do PAS é de reduzir os índices de analfabetismo, principalmente nos municípios que possuem mais da metade da população de jovens e adultos sem escolaridade. Estes municípios estão localizados nas regiões do Norte e Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (Tabela 2).

¹⁹ Fernando Henrique Cardoso disputa as eleições de 1994 e ganha no primeiro turno. Toma posse em 1º de janeiro de 1995 para um mandato de quatro anos. Concorre a reeleição e inicia seu 2º mandato em 1999 com término em 31 de dezembro de 2002.

TABELA 2 : Taxa de analfabetismo absoluto e funcional da população de 15 anos ou mais por região em 1999.

Região	% Absoluto	% Funcional
Norte	11.8	—
Nordeste	27.5	47.8
Sudeste	8.1	23.1
Sul	8.1	23.2
Centro-Oeste	11.1	—
Brasil	13.8	30.5

Fonte: Pnad/IBGE, 1999.

Em 1998, entra em vigor o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, mecanismo da reforma educacional que

operacionalizou as diretrizes federais de desconcentração do financiamento e da gestão do ensino básico em favor dos estados e municípios, e de sua focalização no ensino fundamental de crianças e adolescentes. O congresso incluiu os estudantes jovens e adultos dentre os beneficiários do Fundo, mas visando a contenção de gastos, o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou esse dispositivo da Lei 9424/96 (DI PIERRO, 2001).

Seguindo o modelo de crescimento definido para os países em desenvolvimento, a UNESCO, sugere para o final dos anos 90, políticas educativas que promovam a inclusão dos excluídos, não mais através de medidas compensatórias, mas introduzindo modificações no sistema educativo comum que permitam ajustar o ensino às diferenças individuais, sociais e culturais. Ao mesmo tempo, destaca a importância

de fortalecer a função do Estado para assegurar a igualdade de oportunidades (BARONE,1999).

3. O PROCESSO PEDAGÓGICO NA AJA

As salas de aula de alfabetização são freqüentadas por jovens e adultos que apresentam grande diversidade de experiências relacionadas com a sua vida familiar, social e do trabalho (SOARES, 2003). Para os não-alfabetizados, todos esses saberes não são valorizados como potências que carregam, e que respondem pela sua capacidade de viver com dignidade, mesmo sem saber ler e escrever. Do ponto de vista do direito social, essa condição de não-leitor / não-alfabetizado tem reflexos profundos na vida desses brasileiros. Durante muitos anos, estiveram impedidos de votar, de participar das escolhas de que o regime democrático se nutre. Além desse limite à condição cidadã, vários outros limites se colocam, exatamente porque, em uma sociedade regida pelo escrito, toda a vida social é organizada a partir desse código. E não dominá-lo implica ser afetado por ele, mas em condições desiguais, das quais os não-alfabetizados têm absoluta consciência (PAIVA,2003).

Na concepção de Paulo Freire, é imprescindível a tomada de consciência dos problemas vividos pelos indivíduos a serem alfabetizados. Por isso, em sua proposta, a alfabetização iniciava-se com um trabalho preliminar do alfabetizador, que deveria explorar palavras, frases, ditos, provérbios, modos peculiares de falar, de compor versos, de contar o mundo, usados pelos indivíduos. Dessa pesquisa, nasciam as palavras e os temas geradores. As palavras geradoras deveriam ser escolhidas considerando sua relevância social e também apresentar todos os fonemas da língua portuguesa (GADOTTI, 1989). Para FREIRE (2001, p.29),

as crianças e adultos se envolvem em processos educativos de alfabetização com palavras pertencentes à sua experiência existencial, palavras grávidas de mundo. Palavras e temas.

No entanto, essa dimensão política do ato de alfabetizar tem sido freqüentemente desconsiderada, ou tratada como algo que prescinde de cuidados técnicos no ensino da leitura e da escrita. Estes, quando reconhecidos, o são tão somente na perspectiva de aligeiramento do processo.

Segundo NOZELLA (1997, p. 179),

o processo de alfabetização foi reduzido a um rápido mecanismo técnico, como se a iniciação à prática de ler e escrever pudesse ser desvinculada da complexa inserção do alfabetizado na civilização letrada e por isso, as grandes campanhas de alfabetização popular acabaram dando resultados muito efêmeros.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ao relatar os diferentes campos de atuação da Alfabetização para Todos, chama a atenção para o analfabetismo urbano, que tradicionalmente era percebido e encarado como fenômeno rural. Hoje, devido a forte migração rural-urbana e o crescimento da pobreza na cidade, atinge níveis elevados e por isso, o processo de alfabetização apresenta dimensões e desafios específicos em ambientes rurais ou urbanos e deve, portanto ser encarado com estratégias diferenciadas.

Assim, desde o final da década de 70, essa Organização sugere que as avaliações internacionais sobre o domínio de competências de leitura e escrita vão além de medir apenas a capacidade de saber ler e escrever (SOARES, 2004).

Há, nas suas proposições, o reconhecimento das necessidades singulares a serem atendidas em relação a cada etapa do processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, as necessidades básicas abarcam tanto as ferramentas essenciais para o aprendizado (a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas),

quanto os próprios conteúdos do aprendizado básico (conhecimentos teóricos e práticos, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo.

Segundo SOARES (2004), os resultados de estudos empíricos realizados por Harman, Kirsch & Guthrie, Hillerich, Wagner, indicam haver uma relação muito tênue entre o critério de série escolar concluída e as competências de letramento do adulto.

Embora haja numerosas hipóteses sobre o mínimo de escolarização primária necessário (ou de educação não formal ou de experiências vivenciadas em campanhas de alfabetização) para que o letramento seja “fixado” na criança ou no adulto, há ainda muito pouca informação para sustentar essas hipóteses (WAGNER, 1990 *apud* SOARES, 2004, p. 102).

A heterogeneidade e diversidade características das turmas de alfabetização, exigem uma proposta de trabalho que não se restrinja a codificar e a decodificar o código escrito (SOARES, 2003).

A entrada do adulto analfabeto no mundo da escrita ocorre pela aquisição do sistema convencional de escrita – alfabetização – ao mesmo tempo pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento.

Este fenômeno só ganha visibilidade depois que é minimamente resolvido o problema do analfabetismo e que o desenvolvimento social, cultural, econômico e político traz novas, intensas e variadas práticas de leitura e de escrita, fazendo emergirem novas necessidades, além de novas alternativas de lazer (SOARES, 2003).

No Brasil, os conceitos de alfabetização e letramento se confundem quando o indivíduo não só aprende a ler e escrever, mas também faz uso da leitura e da escrita

(SOARES, 2004). Segundo a autora, esta fusão tem levado a um certo apagamento da alfabetização, que ela denomina de “desinvenção da alfabetização”.

Do ponto de vista social, o alfabetismo não é apenas nem essencialmente um estado ou condição pessoal; é, sobretudo, uma prática social: o alfabetismo é o que as pessoas fazem com as habilidades e conhecimentos de leitura e escrita, em determinado contexto, e é a relação que se estabelece entre essas habilidades e conhecimentos e a necessidade, os valores e as práticas sociais (SOARES, 1995).

É impossível formular um conceito genérico e universal para o fenômeno do alfabetismo pois são inúmeras as perspectivas teóricas e metodológicas com as quais se pode analisá-lo (SOARES, 1995).

Para TFOUNI (1988) enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita pelo indivíduo ou grupos de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.

A proposta curricular para a alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos, cujo conteúdo corresponde às primeiras quatro séries do Ensino Fundamental (RIBEIRO, 1999)²⁰, além da aquisição de conhecimentos, ressalta a importância da escola

como espaço propício para a educação da cidadania: um espaço para aprender a cuidar dos bens coletivos, discutir e participar democraticamente, desenvolver a responsabilidade pessoal pelo bem-estar comum (RIBEIRO, 1999).

Klein (1999) sugere alguns procedimentos que podem ser aplicados em salas de AJA pelos alfabetizadores, podem ser resumidos como segue:

²⁰ Essa proposta, coordenada por Vera Masagão Ribeiro, da Ação Educativa, foi elaborada em 1995 com o apoio da Secretaria de Educação do MEC. Fundamenta-se no perfil do público que frequenta os programas de educação de jovens e adultos, que além de possuir baixo nível de escolaridade sofre de outras formas de exclusão como a econômica e política. Considera ainda, as dimensões econômica, política e cultural da vida das pessoas (RIBEIRO, 1999).

- ✓ A escola é um local de trabalho, e um trabalho tão ou mais sério quanto qualquer outro.
- ✓ O aluno deve ser tratado como adulto.
- ✓ Toda atividade de estudo do aluno se limita ao horário de aula.
- ✓ A relação professor-aluno não se esgota em questões de cordialidade ou de planejamento.
- ✓ O aprendizado da escrita supõe a ação conjunta de dois personagens: o aluno e o professor.
- ✓ A participação não deve resumir-se apenas em atividades como falar, jogar, etc., mas, sobretudo, deve envolver permanentemente situações de reflexão.
- ✓ É importante que o professor não se deixe imobilizar por uma metodologia fixa, abstrata, com aparente validade para todas as disciplinas e todos os conteúdos.
- ✓ O conteúdo e o método de ensino, não podem ser tratados isoladamente, visto que um está intimamente relacionado com o outro.
- ✓ É fundamental a utilização de material de apoio diversificado.

Além dessas discussões que se voltam para questões metodológicas do trabalho em AJA, é importante considerar reflexões em torno do papel político do alfabetizador intimamente relacionado à sua função técnica de propiciar instrumentos para o efetivo domínio da leitura e da escrita. É necessário superar tanto o tecnicismo (que encara a alfabetização como questão meramente técnica, relativa tão somente à

melhor escolha / aplicação de método e material didático) quanto o politicismo (que se limita a discursar sobre os problemas sócio-econômicos e culturais, numa postura em que o alfabetizador se vê como intérprete da realidade para jovens e adultos incapazes de problematizá-la por si próprios).

Experiências como as vivenciadas por OLIVEIRA (1985) indicam que, ao atender as reivindicações dos alfabetizados no sentido de ensinar-lhes, o melhor possível, a ler e a escrever, os alfabetizadores atendem a uma das necessidades concretas da prática social dessas pessoas, propiciando-lhes meios para participar de forma mais adequada nos movimentos e lutar por mudanças nas suas condições de vida.

CAPÍTULO II

O PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA – PAS²¹

1. A COMUNIDADE SOLIDÁRIA

No início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso²², foi criado o Programa da Comunidade Solidária, pelo Decreto Lei 1.366 de 12/01/1995, em substituição ao Conselho de Segurança Alimentar (Consea), um órgão gestor²³.

O Programa Comunidade Solidária substituiu a Fundação Legião Brasileira de Assistência²⁴ - LBA. Com a extinção do Consea, o Comunidade Solidária ficou vinculado ao Palácio do Planalto, mas a adesão dos ministérios aos seus projetos era pontual e fragmentada. Na prática, não havia uma política de inserção contra a miséria,

²¹ Este capítulo foi organizado com base em diferentes documentos produzidos pelo PAS. E, como não há uniformidade no registro das publicações, citarei como fonte, quando for o caso, somente PAS seguido da data.

²² Fernando Henrique Cardoso foi presidente do Brasil por dois mandatos: 1995-1998 e 1999-2002.

²³ Fazia parte das propostas do Governo Paralelo do PT, em 1992 – que passou a coordenar as ações do Plano de Combate à Fome e à Miséria instituído pelo governo Itamar Franco (AÇÃO DA CIDADANIA, 2002).

²⁴ A criação do Programa Comunidade Solidária e a extinção da Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA significaram profunda alteração no modelo de assistência social adotado. Nesse novo desenho, coube ao Governo a coordenação e a normatização das ações de assistência social de abrangência nacional, ficando descentralizada para os Estados e Municípios a coordenação das atividades no seu âmbito de competência. Dessa forma, passou-se a dar cumprimento à LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), que preceitua o desenvolvimento de ações articuladas entre as administrações federal, estadual e municipal, a descentralização político-administrativa da assistência social, com participação da sociedade, e o direcionamento de recursos e a transferência de competências às administrações estaduais e municipais (BRASIL, 1996).

o que contribuía para a dispersão de recursos e a superposição de iniciativas em meio à imensa teia de interesses governamentais (CERRI & SANTOS, 2004).

Criada em fevereiro de 1995, como um dos programas sociais da Estratégia de Desenvolvimento Social do Governo Federal, a Comunidade Solidária constituiu-se por um Conselho presidido pela senhora Ruth Corrêa Leite Cardoso, então primeira dama e integrado por 21 membros da sociedade civil, dez ministros de Estado e pela Secretária Executiva do Programa Comunidade Solidária. Todos nomeados pelo Presidente da República, para mandatos de 2 anos, na sua primeira gestão²⁵.

Na segunda gestão, houve alteração na composição do Conselho com a inclusão do Ministro Extraordinário para a Política Fundiária, para um mandato de dois anos, com financiamento do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e com acordo de cooperação técnica com a UNESCO, desde seu início (PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1997; UNESCO, 2004).

O Conselho tem como função básica a de induzir idéias, promover parcerias, mobilizar energias e recursos em prol do desenvolvimento social.

Seu papel é elaborar e experimentar novas formas, modelos e padrões de relacionamento e de colaboração entre atores públicos e privados, para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social. O Conselho facilita e catalisa iniciativas que serão implementadas por esses diferentes atores, sem executar diretamente programas e projetos (PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1997).

²⁵ A primeira gestão do Conselho se estendeu de fevereiro de 1995 a fevereiro de 1997.

Objetivando mobilizar esforços do Governo e da sociedade para a melhoria das condições de vida dos municípios de mais baixa renda e para o desenvolvimento humano, o Programa Comunidade Solidária passou a atuar em duas frentes, de forma autônoma: promoção de parcerias entre o governo e a sociedade civil - sob a responsabilidade do Conselho da Comunidade Solidária; e articulação de parcerias dentro do próprio governo, entre os níveis federal, estadual e municipal - sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária (CARDOSO & PELIANO, 1998).

As redes de parcerias (cf Quadro 2) são constituídas sem hierarquia, por adesão dos parceiros e funcionam baseadas no engajamento de seus integrantes: a rede de interlocutores governamentais para implementar os programas da Agenda Básica²⁶; as redes das ações promovidas pelo Conselho – Alfabetização Solidária, Universidade Solidária, Capacitação de Jovens e Programa Voluntários e a rede de parceiros que participam do processo de interlocução política (PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1997) .

²⁶ São seis as áreas prioritárias da Agenda Básica: Redução da mortalidade infantil; Melhoria da alimentação para escolares e famílias pobres; Apoio ao ensino fundamental; Melhoria das condições de moradia e saneamento básico; Fortalecimento da agricultura familiar; Geração de emprego e renda e educação profissional (PELIANO, 1998).

QUADRO 2: Construção da rede de parceiros da Comunidade Solidária.

1. Conselho Consultivo da Comunidade Solidária, que materializa uma parceria entre governo e sociedade, âmbito do Governo Federal. Composto por 11 Ministros de Estado, a Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária e 21 personalidades da sociedade civil, tem como atribuições:

- ✓ Mobilização da sociedade
- ✓ Implementação de experiências inovadoras
- ✓ Seleção de prioridades na área social

2. Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária, vinculada à Casa Civil da Presidência da República e que representa um espaço de coordenação e articulação, envolvendo:

- ✓ Os Ministérios Setoriais;
- ✓ Os Estados e Municípios;
- ✓ A Sociedade Civil Para o desenvolvimento de seus trabalhos conta com o apoio técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Ministério do Planejamento e Orçamento.

3. Interlocutores Ministeriais da Comunidade Solidária que, juntamente com a Secretaria –Executiva e os governos estaduais, definem as diretrizes e as estratégias operacionais, ouvidos os Conselhos e comissões setoriais respondem pela interpretação dos programas e articulam-se com os estados e municípios.

4. Interlocutores Estaduais da Comunidade Solidária, que são atores fundamentais no processo. São autoridades dos próprios Estados designados pelos Governadores para cumprirem o papel de articulador, evitando-se a criação de mais uma instância burocrática. Sua principal função é de aglutinar os demais secretários estaduais e governos municipais no desenvolvimento da Comunidade Solidária.

5. Interlocutores Municipais da Comunidade Solidária. Os governos locais são responsáveis pela implantação das ações. É no município que se materializa a convergência e a integração das ações.

6. Instituições da Sociedade e organismos Internacionais que desejam celebrar parcerias com o governo, engajando-se, dessa forma, no esforço nacional de combate à pobreza.

Fonte: Alfabetização Solidária (1997)

2. O PAS: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Ao longo dos dois primeiros anos de atuação, tanto pela Secretaria – Executiva na área do governo, como pelo Conselho na promoção das parcerias entre governo e sociedade civil, vários projetos foram lançados pela Comunidade Solidária. Entre eles, o Programa Alfabetização Solidária, que foi concebido para desencadear um movimento de solidariedade nacional no combate a essa forma de exclusão social, o analfabetismo. O Programa montou-se à base de parcerias entre a Comunidade Solidária e as Instituições de Ensino Superior (IES), garantindo a diversidade de concepções e de modelos de alfabetização para as IES parceiras (PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1997).

Em agosto de 1996 tiveram início as articulações dos parceiros do projeto piloto, que foi implementado em janeiro de 1997, em 38 municípios das regiões Norte e Nordeste com índices de analfabetismo superiores a 55% na faixa etária de 15 a 17 anos. O PAS foi lançado em setembro de 1996, durante o Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, em Natal, no Rio Grande do Norte.

Segundo MACHADO (2004), podem ser constatadas divergências nas concepções de atuação em Educação de Jovens e Adultos entre as diretrizes apresentadas no Seminário Nacional e as propostas do PAS. A concepção expressa no seminário revela uma preocupação com políticas que ultrapassem o nível de erradicação do analfabetismo, na tentativa de constituição de programas de Educação de Jovens e Adultos, expressamente vinculados às redes públicas de ensino, para garantir continuidade, formação continuada dos professores, resgate da dívida política do Estado para com estes alunos excluídos do sistema de ensino. No PAS, por sua

vez, o que se propõe é uma mobilização de parceiros em torno de cinco meses de "alfabetização", onde a estrutura local de ensino, as secretarias municipais de educação, não passam de espectadoras do processo; os alfabetizadores sequer podem atuar nas turmas por mais de um módulo; as universidades acabam por fazer um precário acompanhamento à distância, pelas condições de comunicação com os municípios, pela impossibilidade de conhecimento aprofundado da realidade regional e pela falta de articulação geral do programa a uma proposta mais conseqüente de Educação de Jovens e Adultos. A autora sistematiza a comparação, apresentando parte do texto produzido pelos delegados do Seminário Nacional, paralelamente às diretrizes publicadas pelo Programa Alfabetização Solidária, conforme Quadro 3.

QUADRO 3: Quadro comparativo entre as diretrizes elaboradas no documento final do Seminário Nacional de EJA e as do PAS.

Documento final do Seminário Nacional de EJA	Programa Alfabetização Solidária
- Estruturar programas alternativos de educação continuada que incluam: alfabetização, escolarização básica, complementação e profissionalização; - Garantir ensino fundamental público e gratuito à população jovem e adulta é direito público subjetivo consagrado na constituição Federal e leis complementares; - Valorização dos profissionais da EJA, propiciando-lhes condições de trabalho e remuneração condignas, segundo preceitos legais; - A qualidade de EJA deve ser observada mediante a valorização profissional e a formação continuada dos educadores, compreendida como um processo permanente de reflexão sobre a prática; - Constituir fóruns permanentes de EJA que visem garantir unidade, qualidade e continuidade às políticas em EJA; - Adotar mecanismos de acompanhamento e avaliação periódica da políticas e programas de EJA, empreendidos por todos os segmentos com vistas ao desenvolvimento das ações propostas e a efetiva socialização de seus resultados, zelando para que tais mecanismos não impliquem a padronização dos programas, sua extinção ou redução do atendimento; - Elaborar propostas pedagógicas para a EJA que contribuam para o exercício da cidadania e considerem a realidade sócio-política e econômica, as condições de vida dos educandos e suas características culturais; - Resguardada a responsabilidade pública na manutenção e	- Programa de combate ao analfabetismo; - Faixa prioritária de atendimento: 15 a 19 anos; - Os alfabetizadores, prioritariamente com 2º grau magistério ou cursando 8ª série, receberão bolsas; - Capacitação dos alfabetizadores: um mês de curso, no campus da Universidade parceira; - Período de duração da alfabetização: 5 meses com aulas três vezes por semana; - A avaliação do processo é realizada pelo professor da universidade, uma vez por mês, no final do semestre. Sendo proposta uma avaliação intermediária e uma final, seis meses e um ano após o término, para verificar se o aluno voltou à escola ou entrou no mercado de trabalho; - Material didático básico entregue a cada aluno: 7 livros elaborados pela Secretaria Municipal de Curitiba; - A terceira vertente do programa é o incentivo a parcerias

desenvolvimento da EJA, o financiamento por organismos entre Governo Federal, Conselho da Comunidade Solidária, governamentais de programas desenvolvidos em parceria Empresas, Universidades e Prefeituras; com organizações da sociedade civil constitui procedimento legítimo, desde que baseado em critérios democrática e publicamente definidos pela Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos;

Fonte: MACHADO (2004)

O PAS consiste num programa de alfabetização inicial, destinado ao público originário dos municípios das regiões Norte e Nordeste que apresentam índices extremamente elevados de analfabetismo na população entre 15 e 19 anos (HADDAD & DI PIERRO, 1999) . Para o Projeto Piloto, foram selecionados 31 municípios de Estados do Nordeste e um do Amazonas, com mais de 55% de analfabetos entre 15 e 17 anos, conforme dados apresentados na Tabela 3.

TABELA 3: Número de Municípios Selecionados por Estado e Taxa de Analfabetismo para o Projeto Piloto – 1º semestre de 1997.

Estado	Número de Municípios	% Analfabetos entre 15 – 17 anos
Amazonas	01	81,23
Bahia	04	72,79 a 72,53
Alagoas	13	62,91 a 55,12
Piauí	02	62,36 a 55,22
Pernambuco	04	60,48 a 55,36
Paraíba	04	58,75 a 55,06
Sergipe	01	56,92
Ceará	01	59,85

Rio Grande do Norte	01	56,06
Maranhão	01	55,26

Fonte: PAS, 1997.

De acordo com a Assessoria Especial da Presidência da República (BRASIL, 2002), a região

Nordeste é a mais pobre das cinco regiões brasileiras. Tem cerca de 30% da população do país, mas concentra 58% de todos os indigentes. Além das desigualdades históricas, o Nordeste tem a desvantagem de possuir quase metade do seu território em áreas de clima semi-árido, onde vivem 26 milhões de pessoas - metade da população nordestina – das quais mais de 10 milhões na zona rural. O analfabetismo de quase metade da população rural consolidou a exclusão.

Baseando-se no PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA (1997), o PAS se realiza a partir de três princípios:

- ✓ Incentivo a parcerias²⁷ - o PAS reúne cinco parceiros: Governo federal, por meio do MEC; Conselho da Comunidade Solidária; empresas; universidades e prefeituras.
- ✓ Mobilização juvenil: na seleção de alfabetizadores são priorizados os jovens cursando o segundo grau, o ensino normal ou a oitava série do primeiro grau.
- ✓ Operacionalização e avaliação inovadoras: modelo de projeto constantemente avaliado e que *“não cria uma estrutura nova, não cria novos*

²⁷Este modelo de parcerias, adotado pelo PAS, é exemplo de um dos aspectos do processo de descentralização do Brasil – a transferência de funções do setor público para o privado, seja diretamente ou por intermédio da instauração de parcerias e convênios (MARTINS, 2002).

cargos, mas fornece um modelo que poderá servir de referência para todos aqueles que quiserem trabalhar com alfabetização no Brasil” (p.10).

A distribuição formal de responsabilidades dos parceiros envolvidos no PAS apresenta a seguinte configuração: o MEC arca com a metade do custo direto de cada aluno/mês (17 reais), fornecendo materiais escolares e didático pedagógicos²⁸ e assegurando a avaliação do Programa em comum acordo com as universidades; os governos municipais se responsabilizam pela inscrição dos alfabetizadores e alfabetizados e providenciam espaços para instalação de salas de aula; as Instituições de Ensino Superior (IES) selecionam e capacitam os alfabetizadores, realizam a orientação, o acompanhamento pedagógico e garantem a avaliação da aprendizagem, devendo ainda incentivar a pesquisa e a produção de materiais pedagógicos; as empresas adotam os municípios, nos quais arcam com a outra metade do custo-aluno/mês (17 reais), cobrindo as despesas de alimentação escolar, os gastos operacionais das universidades, como as despesas dos professores nas viagens e transporte, alojamento e alimentação dos alfabetizadores durante os cursos de formação, os salários dos coordenadores municipais, monitores alfabetizadores e as bolsas mensais dos alfabetizadores. Cabe às IES realizarem a viagem precursora, destinada à articulação com as autoridades locais, mobilização e divulgação do Programa, identificação das comunidades a serem atendidas prioritariamente, recrutamento e seleção dos candidatos à função de alfabetizador. A seleção dos coordenadores municipais pode ser realizada pelas prefeituras ou pela coordenação nacional do Programa (Quadro 4).

²⁸ Até o fim de 2002, o MEC fornecia o material didático e de apoio para a formação de bibliotecas e bolsa de apoio ao trabalho dos professores das Instituições de Ensino Superior parceiras. O MEC ainda atua adotando integralmente municípios em vários Estados do país (PAS, 2004).

QUADRO 4: Atribuições dos Parceiros Envolvidos no PAS.

EMPRESAS	Adotam os municípios, nos quais arcam com a outra metade do custo-aluno/mês (17 reais), cobrindo as despesas de alimentação escolar, os gastos operacionais das universidades como as despesas dos professores nas viagens e transporte, alojamento e alimentação dos alfabetizadores durante os cursos de formação, os salários dos coordenadores municipais, monitores alfabetizadores e as bolsas mensais dos alfabetizadores.
MUNICÍPIOS	Responsabilizam-se pela inscrição dos alfabetizadores e alfabetizandos e providenciam espaços para instalação de salas de aula.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)	Arca com a metade do custo direto de cada aluno/mês (17 reais), fornecendo materiais escolares e didático pedagógicos e assegurando o repasse do recurso para pagamento do transporte, refeições e hospedagem do coordenador e dos alfabetizadores durante o treinamento e durante o Programa.
UNIVERSIDADES	Selecionam e capacitam os alfabetizadores; fornecem o local, se houver, para alojamento dos coordenadores e alfabetizadores durante o período de treinamento; realizam a orientação, o acompanhamento pedagógico e garantem a avaliação da aprendizagem, devendo ainda incentivar a pesquisa e a produção de materiais pedagógicos;

Fonte: PAS, 1997,p.11-12.

Investimentos federais na educação de jovens e adultos, entre 20 e 25%, foram destinados ao PAS nos anos de 2001 e 2002. Esses dados contrariam a argumentação de seus dirigentes que tentam descaracterizá-lo como política pública, procurando configurá-lo como uma ação não governamental, ainda que o PAS seja desenvolvido em parceria com universidades e organizações sociais, e também capte recursos privados, não há como negar que se trata de iniciativa governamental, desfrutando de canais privilegiados de acesso a recursos públicos (DI PIERRO, 2003).

A equipe do PAS, em cada um dos municípios parceiros, é composta por: um Coordenador, pessoa escolhida pelo Prefeito ou pela Coordenação do Programa em Brasília (normalmente é um cargo de confiança da liderança municipal); os alfabetizadores – tantos quantos forem as salas de aula pré determinadas para a localidade – selecionados para o curso de capacitação por meio de uma prova escrita e entrevista realizada pelos professores da universidade; um monitor, que é um alfabetizador que se destacou nos módulos anteriores e é convidado a cooperar na parte pedagógica da equipe do município. Os monitores podem permanecer no programa por tempo indeterminado, como os coordenadores. No primeiro módulo não há a pessoa do monitor e sim de um suplente que fica de *free lancer* durante todo o módulo e não percebe bolsa, somente quando substitui algum alfabetizador. Esse suplente poderá, dependendo de sua participação, compor o quadro de alfabetizadores no módulo seguinte.

O PAS está organizado em módulos que têm a duração de seis meses, sendo um deles destinado à capacitação dos monitores e alfabetizadores e cinco meses dedicados a atividades em sala de aula, que totalizam 240 horas/aula distribuídas em

três ou cinco dias semanais de três a duas horas e meia/aula. Nos documentos analisados, há divergência nas orientações. Pode-se encontrar a definição de 2 a 3 horas por dia para 3, 4 e 5 dias da semana. Há uma certa flexibilidade com relação ao número e duração das horas/aula, ficando a critério do município determiná-las.

O período mínimo de permanência do Programa em cada município é de dois anos, compreendendo quatro módulos semestrais, podendo ser renovado, dependendo da demanda de alfabetizandos. As salas de aula atribuídas a cada município são dimensionadas de acordo com o número populacional, variando de dez a vinte turmas, com 25 alunos cada.

No final de cada módulo, uma nova turma de alfabetizadores é selecionada para mais um período de capacitação e os alfabetizandos podem ser rematriculados no próximo semestre letivo.

Semestralmente, são enviados ao PAS, pelas IES, relatórios nos quais constam os números de alfabetizandos que terminaram o curso por idade, por gênero, por localidade (zona urbana e zona rural) e por desempenho. Esses alfabetizandos entram na estatística geral do Programa como alfabetizados e se os mesmos continuarem a freqüentar a sala de aula do semestre seguinte, farão novamente parte da estatística.

O Projeto Piloto do Programa Alfabetização Solidária foi instituído em janeiro de 1997, com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo da população juvenil, que superavam os 55% e desencadear a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos.

No Módulo I, 38 municípios²⁹ foram atendidos por 38 universidades, 11 empresas parceiras (Anexo I) e 488 alfabetizadores, matriculando 9.150 alfabetizandos (PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1997). No Módulo II, o PAS envolveu 80 universidades, 19 empresas e alcançou 120 municípios de pequeno porte das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, cujos índices de analfabetismo juvenil situavam-se acima de 48% (PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, 1998). Nos anos seguintes, 1998 e 1999, o perfil de atendimento e o padrão do Programa mantiveram-se relativamente estáveis (Tabela 4).

TABELA 4: Evolução dos Municípios, Universidades e Empresas parceiras envolvidas no Programa Alfabetização Solidária – PAS, de 1997 a 2000.

Ano	1997	1997	1998	1998	1999	1999	2000	2000
Semestres	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Municípios	38	120	148	581	580	866	1005	1016
Universidades	38	80	105	152	153	173	174	177
Empresas	11	19	39	48	48	48	80	93

Fonte: Relatório de atividades Programa Alfabetização Solidária – jan.de1997 a dez. de 2000

As IES envolvidas com o PAS no início das atividades estão sediadas na região Sudeste do país, mais precisamente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, atuando nas regiões Norte e Nordeste. O PAS não permite a escolha do município pela IES. Como os monitores e alfabetizadores participam dos cursos de capacitação promovidos e desenvolvidos na sede da IES responsável, é muito grande o contingente

²⁹ Há uma divergência quanto à informação sobre o número de municípios atendidos no Módulo I, cujo relatório registra 32 municípios (Tabela 4). Este mesmo número aparece na carta convite à UniSantos e na página 42 do Relatório Final do Módulo II, correspondente ao período de julho a dezembro de 1997, o qual, porém, em outro momento (página 17), registra 38 municípios, número esse que volta a ser mencionado em todos os demais relatórios anuais.

de pessoas que se deslocam duas vezes por ano (janeiro e julho), pelo território brasileiro. Os promotores do Programa alegam que o conhecimento de uma nova realidade socioespacial e cultural é, em si, formativo, tanto para os jovens alfabetizadores dos municípios atendidos quanto para os professores universitários:

Os alfabetizadores são selecionados em suas comunidades de origem, pelos coordenadores das universidades, a partir de critérios estabelecidos, tais como: escolaridade, idade, disponibilidade, experiências anteriores com educação e local de residência. Priorizam-se candidatos jovens, dentre os de maior escolarização e que residam perto das instalações das salas de aula (PAS, 1999).

Na prática, a seleção é feita preferencialmente pelo local de residência e em seguida por escolaridade. Quando os alfabetizadores são da própria comunidade, fica mais fácil montar as salas de aula, evitando-se gastos da prefeitura com relação ao transporte.

TABELA 5: Escolaridade dos Alfabetizadores que atuaram nos Módulos I e II no PAS.

Escolaridade	Número de Professores			
	Zona Urbana	%	Zona Rural	%
Ensino Fundamental Incompleto (até a 4ª série)	0	0	3	0.6
Ensino Fundamental Completo (até a 4ª série)	0	0	14	2.9
Ensino Fundamental Incompleto (até a 8ª série)	1	0.4	13	2.7
Ensino Fundamental Completo (até a 8ª série)	2	0.7	29	6
Ensino Médio Incompleto	19	7	70	14.4
Ensino Médio Completo	49	18	77	15.8
Ensino Médio Magistério Incompleto	51	18.8	64	13.1
Ensino Médio Magistério Completo	129	47.4	198	40.7
Ensino Superior Incompleto	17	6.3	16	3.3
Ensino Superior Completo	4	1.5	3	0.6

TOTAL	272	100	487	100
-------	-----	-----	-----	-----

Fonte: PAS, julho – dezembro de 1997.

Em novembro de 1998, foi criada a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS), uma Organização Não-Governamental (ONG) sem fins lucrativos e de utilidade pública, com estatuto próprio (Anexo II), que passou a ser responsável pela execução do Programa, em conjunto com a sociedade civil e na articulação de parcerias com diversos setores da sociedade e gerenciada por uma coordenação nacional.

O PAS passa de Programa Social da Estratégia de Desenvolvimento Social do Governo Federal para Organização Não Governamental, em 1999, sem explicações oficiais. A incerteza da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso pode ter sido um dos fatores que levaram a presidente do Comunidade Solidária a transformar o PAS em ONG. Durante a Semana da Alfabetização realizada em setembro de 2004, em São Paulo, a senhora Ruth Cardoso declarou para os presentes que o PAS

é uma política pública mas não governamental, que surgiu em uma época cuja taxa de analfabetismo era muito alta. É um programa de interesse público com ampla colaboração da população que está auxiliando a educação brasileira e influenciando outros programas. O PAS apoia o desenvolvimento social e produz o desenvolvimento sustentável da comunidade. Quando questionada, insiste em afirmar que o PAS nunca foi programa de governo com o propósito de desencadear um movimento de solidariedade nacional no combate a essa forma de exclusão social

Inicialmente, foi concedida às IES total autonomia pedagógica para atuarem no PAS, o que ocasionou uma enorme diversidade de concepções e práticas de alfabetização. Sendo assim, a Coordenação de Universidades conveniadas ao

Programa constituiu um Conselho Consultivo formado por representantes de 16 Universidades Parceiras do PAS (Quadro 5), com o objetivo de sistematizar alguns princípios que pudessem orientar as IES na elaboração de suas propostas pedagógicas e, ao mesmo tempo, garantir a autonomia de cada instituição.

QUADRO 5: Relação dos membros do Conselho Consultivo, formado em 1998 pela Coordenação de Universidades do Programa .

UNIVERSIDADES	REPRESENTANTE
UFCE *	Ana Célia C. Moura
UFPR *	Carmen Sigwalt
UFF *	Cecília Correa de Medeiros
UFSE *	Eva Maria Siqueira Alves
Universidade Salgado de Oliveira	Florence de faria Brasil V. de Sá
Universidade São Marcos	Helena Rosa Vieira Lima
UFPE *	João Francisco de Souza
Universidade de Cruz Alta	Loni Sebastião
Universidade Braz Cubas	Maria Geny Borges Ávila Horle
PUCMG	Neiva Costa Toneli
Universidade de Cuiabá	Rosa Persona
UNB *	Silviane Barbato
USP *	Stella Bertholo Piconez
Universidade do Vale do Itajaí	Sueli Anacleto
UNICAMP *	Sylvia Bueno Terzi
UFMS *	Waldomiro Vallezi
* Universidades públicas	

Fonte: PAS, 1999

O resultado desse trabalho resultou em um relatório onde está definida uma concepção ampliada de alfabetização e uma análise crítica sobre a curta duração do PAS, apresentando objetivos gerais das áreas de conhecimento de língua portuguesa e matemática, indicando procedimentos e critérios de avaliação diagnóstica e processual e insistindo na necessidade de que os municípios assegurem a continuidade de estudos aos alfabetizandos. Assim, duas mudanças foram propostas:

Primeira: o PAS deixou de ser apresentado como um programa de alfabetização inicial e de erradicação do analfabetismo, para definir-se como uma ação que visa desencadear processos de alfabetização e fomentar a incorporação da educação de jovens e adultos aos sistemas municipais de ensino, ou seja, estimular os municípios envolvidos a criarem cursos de suplência de ensino fundamental e apresentarem projetos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para obtenção de apoio financeiro³⁰.

Segunda: oferta de bolsa-auxílio, concedida pela SUDENE, para todos os alunos inscritos nas frentes de trabalho, nos 500 municípios em situação de calamidade pública, incorporados ao PAS, em 1998.³¹

Em julho de 1999, duas iniciativas são tomadas pelo PAS: A primeira, a campanha *Adote um Aluno*, com o objetivo de conseguir que pessoas físicas passem a colaborar com a Alfabetização Solidária. Cada voluntário adota um analfabeto por seis meses e durante este período é feito um débito de 17 reais mensais em cartão de

³⁰ A Coordenadora Executiva Nacional do Alfabetização Solidária, por meio de Ofício Circular CS/AS/Nº148/99, de 01/06/99, comunica a disponibilidade do Programa em auxiliar as prefeituras municipais na institucionalização da EJA, objetivando a continuidade dos estudos para os alunos egressos no Programa.

³¹ Em 1998 sete Estados nordestinos e o norte de Minas Gerais entraram em situação de calamidade pública devido à prolongada seca que castigava estas regiões, porém, esta concessão foi suspensa em 1999. Um Ofício Circular CS/AS/Nº 251/98, de 10/07/98 é enviado à UniSantos comunicando a carga horária que deveria ser cumprida nos municípios pertencentes a Região da Seca (SUDENE): 5 meses de

crédito. A segunda, o *Projeto Piloto Grandes Centros Urbanos*³² (PPGCU)– Rio e São Paulo, tendo como alvo a constituição de pólos de alfabetização (PAS , 2000, p. 29).

O PPGCU, iniciou-se com as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, ampliando-se, em 2001, para Fortaleza e Goiânia. A estrutura funcional segue os mesmos padrões do Programa para o Norte e Nordeste, diferindo na forma, ou seja, a equipe que integra o PPGCU é constituída por um professor coordenador geral, um ou mais professores coordenadores, um ou mais grupos de monitores que deveriam ser alunos da graduação, um professor coordenador de eventos culturais e um ou mais grupos de dinamizadores que deveriam ser estudantes de diferentes cursos da IES. Os alfabetizadores seriam universitários ou não, de preferência com habilitação em cursos da área de educação, e, sendo de nível médio, com prioridade para o magistério. Atuariam nesta etapa somente as universidades que já participassem nas regiões Norte e Nordeste, ou seja, 13 Universidades do Estado do Rio de Janeiro e 34 de São Paulo.

Em 2000, segundo Relatório de Avaliação do Programa, registraram-se 177 universidades parceiras do PAS. Observando a Tabela 6, das 177 IES parceiras, 48% estão localizadas no eixo Rio, São Paulo, Minas Gerais, 10,73% no Rio Grande de Sul e aproximadamente 7% na Região Norte. As restantes - 34%, estão distribuídas por todo o país. Todas atendendo municípios das regiões Norte e Nordeste.

TABELA 6 : Número de Instituições de Ensino Superior (IES) parceiras do Programa Alfabetização Solidária, por Unidade Federativa.

ESTADOS	IES PARCEIRAS
Acre	01
Alagoas	02

curso, 5 dias de aula por semana, 4 horas cada, mais 7 horas semanais de atividades comunitárias. O mês de encerramento seria dezembro de 1998.

³² O PPGCU, iniciou-se no segundo semestre de 99, com os municípios localizados dentro de um raio de 70 Km de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde o índice de analfabetismo não é elevado, mas há bolsões com índices de pessoas não alfabetizadas altos. A UniSantos participa deste projeto com dez salas de aula distribuídas entre os municípios do Guarujá, Santos e São Vicente e, no projeto nordeste são incluídos Alcântil e Barra de Santana, localizados também na região do semi-árido. Agora são seis municípios do nordeste e três nos Grandes Centros, sob a nossa responsabilidade.

Amazonas	02
Bahia	07
Ceará	06
Distrito Federal	06
Espírito Santo	01
Goiás	06
Maranhão	02
Minas Gerais	13
Mato Grosso do Sul	03
Mato Grosso	04
Pará	04
Paraíba	04
Paraná	04
Pernambuco	09
Piauí	04
Rio de Janeiro	19
Rio Grande do Norte	03
Rio Grande do Sul	13
Rondônia	01
Roraima	01
Santa Catarina	07
São Paulo	53
Sergipe	03
Tocantins	01
TOTAL	177

FONTE: Alfabetização Solidária – jan. de 1997 a dez. de 2000.

Fazendo-se um paralelo dos dados (fornecidos pelo PAS) do Módulo I (1997) com os do Módulo VIII (segundo semestre de 2000), podemos observar, na Tabela 7, um aumento considerável tanto de pessoas quanto de empresas e universidades envolvidas. O número de alunos atendidos não significa que estejam necessariamente alfabetizados, uma vez que os mesmos podem ser matriculados nos módulos seguintes, ou seja, o adulto frequenta o semestre, consta no relatório final do alfabetizador e no módulo seguinte, esse mesmo adulto é matriculado novamente na turma de AJA.

TABELA 7: Aumento percentual dos parceiros dos Módulos I e VIII do PAS.

MÓDULO I	MÓDULO VIII	AUMENTO %
----------	-------------	-----------

Empresas	11	91	757
Municípios	38	1.016	2.574
IES	37	177	378
Alfabetizadores	442	18.000	3.972
Alunos	9.200	360.000	3.813

Fonte: PAS, 2002.

Na Tabela 8, observa-se a variação nos índices de analfabetismo de pessoas com 15 anos e mais entre os Censos de 1991 e 2000. Os dados foram obtidos dos relatórios enviados ao Programa e a pesquisa não foi realizada por amostragem domiciliar na zona rural. As localidades atendidas destes 38 municípios estão situadas na sua grande maioria na zona rural, ou seja, 272 salas de aula funcionaram na Zona Urbana contra 487 na Zona Rural.

TABELA 8: Comparação dos índices de analfabetismo entre jovens de 15 anos ou mais das localidades assistidas nos Módulos I e VIII do Censo/1991 e 2000.

Projeto	Piloto	1997	Índices IBGE %	15 anos e mais	Variação %
UF	Município		Censo / 1991	Censo / 2000	Total=20,14
AL	Branquinha		72,7	54,6	18,1
AL	Campo Grande		64,2	53	11,2
AL	Canapi		66	52,6	13,4
AL	Criabas		71,4	50,8	20,6
AL	Igreja Nova		66,3	48,7	17,6
AL	Inhapi		67,4	52,8	14,6
AL	Jaramataia		72,1	39	33,1
AL	Joaquim Gomes		67,5	49,8	17,7
AL	Mata grande		57,8	50	7,8
AL	Olho D'água Grande		71,8	52,5	19,3
AL	Porto de Pedras		63,1	51,8	11,3
AI	São José da Tapera		70,5	50,2	20,3
AL	Traipu		66	53,1	12,9
AM	Envira		78	51,9	26,1
AM	Itamarati		86,2	59,9	26,3

AM	Japurá	73,2	34,1	39,1
AM	Maraã	54,2	36,5	17,7
AM	Pauini	82	51,7	30,3
AM	Tapauá	71,2	46	25,2
BA	Adustina	65,7	45,5	20,2
BA	Coronel João Sá	79,3	54,9	24,4
BA	Pedro Alexandre	78	48,7	29,3
BA	Ribeira do Amparo	68,6	46	22,6
CE	Salitre	67	51,6	15,4
MA	Aaiosés	66,6	48,6	18,3
PA	Melgaço	70,7	41,9	28,8
PB	Dona Inês	63	48,4	14,6
PB	Itapororoca	60,1	45,6	14,5
PB	Santana de Mangueira	68,8	46,1	22,7
PB	S.J. da Lagoa Tapada	59,2	49,5	9,7
PE	Buique	61,2	52	9,2
PE	Inajá	68,7	45,1	23,6
PE	Itaíba	67,8	50,7	17,1
PE	Tupanatinga	69,5	52,1	17,4
PI	Jaícos	66,2	46,9	19,3
PI	Simões	72,6	42,2	30,4
RN	Lagoa de Pedras	68,3	44,2	24,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000 e Programa Alfabetização Solidária

Segundo o IBGE, no Censo Demográfico, realizado com periodicidade decenal, e na PNAD, com periodicidade bianual, são consideradas analfabetas as pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem. Aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram e as que apenas assinam o próprio nome também são consideradas analfabetas. Para o IBGE, a Taxa de Analfabetismo é o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária, considerando, aqui, a faixa etária de 15 anos ou mais, isto é, o analfabetismo avaliado acima da faixa etária onde, por lei, a escolaridade seria obrigatória. O PNAD não abrange a área rural da Região Norte e os dados da Tabela 8 estão relacionados com os municípios atendidos pelo PAS.

3. ORIENTAÇÕES PARA FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES DO PAS

Nos dois primeiros anos de funcionamento do PAS, as IES apresentaram uma diversidade de concepções e de modelos de alfabetização que refletiam o princípio de autonomia na execução do Programa Alfabetização Solidária e que também impediu uma avaliação padronizada dos indicadores de desempenho do Programa.³³ Assim, em 1999, o Conselho Consultivo das Universidades parceiras no Programa, elabora um documento – *Princípios orientadores para Elaboração das Propostas Político-pedagógicas pelas Universidades* - no qual foram sugeridos princípios que permitiam avaliação comum dos resultados alcançados ao final de cada módulo. Tais princípios pretendiam ser coerentes com os debates nacionais e internacionais sobre educação de jovens e adultos, com a LDB, nº 9.394/96³⁴ e com as Diretrizes para uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos³⁵ (MEC, 1994).

O estabelecimento de princípios orientadores para a ação pedagógica em sala de aula e para a formação do alfabetizador está pautado nos seguintes itens: (MEC, 1994, p.12)

- ✓ A relação entre letramento e exercício mais consistente da cidadania no desenvolvimento de um saber crítico-contextual, responsável pelas transformações conscientes da realidade.
- ✓ A possibilidade do diálogo intercultural como articulador da prática pedagógica.

³³ Os indicadores de desempenho do Programa são os índices de frequência, evasão, aproveitamento, continuidade de estudos (PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1997).

³⁴ LDB, nº 9.394/96, na Seção V em seus Artigos 37 e 38, contidos no Capítulo II, que trata da educação básica e determina as condições específicas de funcionamento e suas características.

³⁵ Diretrizes para uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos, deseja-se responder às necessidades educacionais das camadas populares, alijadas de seu direito ao acesso e permanência escolar na idade própria, bem como contribuir para o processo de construção da cidadania e transformação da sociedade (MEC, 1994).

- ✓ Alfabetizando e alfabetizador são sujeitos do processo de apropriação e construção de conhecimentos.
- ✓ O compromisso de solidariedade e responsabilidade social no incentivo às parcerias e ao trabalho coletivo.

Esses princípios devem subsidiar as ações de planejamento da proposta pedagógica³⁶, envolvendo alfabetizandos, alfabetizadores e comunidade.

Para os alfabetizandos, são propostos os seguintes objetivos:

- ✓ Envolver os alfabetizandos em práticas de letramento³⁷ baseadas em textos de diversos tipos;
- ✓ Propiciar condições para que os alfabetizandos aprendam a acessar diferentes tipos de informações e ampliar seu universo cultural;
- ✓ Criar espaços para análise e crítica das situações do cotidiano;
- ✓ Valorizar a relação entre desenvolvimento humano, cultura e trabalho;
- ✓ Incentivar a continuidade da escolarização.

Para os alfabetizadores/coordenadores municipais:

- ✓ Contribuir para a continuidade da formação pessoal;
- ✓ Estimular a permanente escolarização e a formação continuada;
- ✓ Subsidiar as ações pedagógicas cotidianas;
- ✓ Dar condições para avaliação contínua de suas práticas pedagógicas;
- ✓ Incentivar ações de compromisso político-pedagógico em sala de aula e em comunidade.

Para a comunidade, são propõe-se:

³⁶ A proposta pedagógica deve contemplar objetivos, conteúdos, recurso e procedimentos, avaliação/recuperação (PAS, 1999).

³⁷ É considerado letrado pelo Programa, o indivíduo que tenha pelo menos completado a 4ª série do ensino fundamental, com base no pressuposto de que são necessários no mínimo quatro anos de escolaridade para a apropriação da leitura e da escrita e de seus usos sociais (SOARES, 1998).

- ✓ Contribuir para a institucionalização da Educação de Jovens e Adultos nas instâncias municipais;
- ✓ Estimular a ampliação do atendimento de educação escolar para os alfabetizandos e alfabetizadores;
- ✓ Propiciar condições para o desenvolvimento do letramento da comunidade;
- ✓ Estimular as iniciativas comunitárias de projetos voltados para a valorização do indivíduo e do grupo;
- ✓ Estimular parcerias e trabalho coletivo no enfrentamento dos problemas da escolarização de jovens e adultos.

Com relação à seleção de conteúdos e suas competências básicas, devem atender às necessidades básicas de aprendizagem, conforme estudo realizado na Conferência Mundial de Educação para Todos³⁸, em Jomtien, Tailândia, em 1990. É necessário considerar o saber pedagógico do alfabetizador na sua relação com os alfabetizandos, além do *saber-fazer* implícito na organização do trabalho pedagógico³⁹.

Em Língua Portuguesa, os conteúdos de Língua oral e escrita (Quadro 6) visam à formação de competências de escuta, diálogo, exposição, narração e discussão de idéias, fatos e textos ouvidos.

QUADRO 6: A Língua Portuguesa e suas competências básicas

CONTEÚDO	COMPETÊNCIAS BÁSICAS
----------	----------------------

³⁸ Foi estabelecido na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990, que deva ser considerada uma tipologia de conteúdos que ultrapasse os conteúdos conceituais, não podendo deixar de ser contemplados aqueles relacionados ao desenvolvimento das habilidades e das atitudes (PAS, 1999).

³⁹ Seleção de conteúdos, recursos e procedimentos de ensino e aprendizagem, identificação das habilidades a serem avaliadas e o processo de avaliação como um todo (PAS, 1999).

LINGUA ORAL	➤ Desenvolvimento da escuta em situações de diálogo
ESCRITA	➤ Exposição de idéias de forma clara e coerente
FALA	➤ Adequação da fala em diversas situações de interlocução,
RELATO	ampliando o intercâmbio social
DEBATE	➤ Narração de fatos e histórias da realidade local em seqüência temporal e/ou causal
	➤ Discussão de textos ouvidos

Fonte: PAS (1999).

O ensino da leitura visa, também, ao desenvolvimento de competências relacionadas à língua oral e escrita (Quadro 7):

QUADRO 7 : A Língua Portuguesa articulada em torno de duas modalidades: língua oral e escrita.

CONTEÚDO	COMPETÊNCIAS BÁSICAS
LEITURA	
• Apreensão da função do texto	➤ Identificação da função de diferentes tipos de texto
• Reconhecimento dos diversos tipos de texto	➤ Reconhecimento dos diferentes portadores de textos
• Compreensão e interpretação do texto	➤ Compreensão e interpretação de diferentes textos: informativos, narrativos, poéticos, jornalísticos

ESCRITA

- Reconhecimento da função do texto
 - Domínio do código escrito
 - Reconhecimento da função social da escrita
- Produção de textos coerentes e coesos
 - Apreensão de convenções da escrita: pontuação, acentuação e ortografia

Fonte: PAS (1999).

Em Matemática, os conteúdos (Quadro 8) implicam o desenvolvimento de competências que incluem o domínio da leitura e da escrita

QUADRO 8: A Matemática e suas competências básicas.

CONTEÚDOS	COMPETÊNCIAS BÁSICAS
Números e Operações	
Fundamentais	➤ Leitura e registro de números conforme sistema de numeração decimal
• Sistema de numeração decimal	➤ Utilização das operações fundamentais da
• Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão	adição, subtração, multiplicação e divisão, com algoritmos convencionais em diferentes situações-problema
Geometria	
• Figuras planas	➤ Reconhecimento, identificação e
• Sólidos geométricos	representação das figuras planas e sólidos geométricos

-
- Comprimento
 - Área
 - Tempo
 - Volume ➤ Reconhecimento e utilização dos diversos
 - Massa sistemas de medidas
 - Sistema monetário
-

Fonte: PAS (1999).

Enfatiza-se o processo de aprendizagem dos adultos, considerados como sujeitos já inseridos no mundo do trabalho, com vivências e experiências construídas, recomendando-se evitar a infantilização na seleção de textos, bem como a abordagem do conhecimento matemático como mero conhecimento formal.

Com relação à avaliação, o documento chama a atenção para a tarefa do alfabetizador de interpretar permanentemente o processo de apropriação de conhecimentos dos alfabetizandos e a conseqüente reorientação constante da prática pedagógica. Desta forma, a avaliação apresenta as funções de diagnóstico, com vistas à intervenção. Nesse sentido, o processo de avaliação apresenta os seguintes elementos estruturantes:

- ✓ Concepção de avaliação articulada com os objetivos da proposta político-pedagógica do Programa Alfabetização Solidária;
 - ✓ Avaliação diagnóstica inicial e final dos níveis de desempenho lingüístico (oral e escrito) e raciocínio lógico-matemático;
 - ✓ Avaliação como processo permanente do desenvolvimento dos alfabetizandos, do desempenho do alfabetizador e da ação pedagógica:
- Desenvolvimento dos alfabetizandos

- Desempenho do alfabetizador, do coordenador municipal e do monitor de apoio pedagógico;
- Ação pedagógica

O processo de formação do alfabetizador selecionado no município deve passar por duas etapas. A primeira, acontece por meio de um curso intensivo, na IES parceira, com duração média de 120 horas. A segunda, durante as visitas mensais dos coordenadores da universidade ao município e através das reuniões semanais ou quinzenais com o coordenador e com o monitor pedagógico.

O PAS recomenda, ainda, (PAS,1999) que entre as atividades que fundamentam a formação dos alfabetizadores nos cursos desenvolvidos nas universidades, insiram-se reflexões relativas a:

- ✓ Concepções de alfabetização e letramento: pressupostos teórico-prático;
- ✓ Fundamentação teórico-prática do ensino de matemática;
- ✓ Fundamentação histórico-cultural e a educação de jovens e adultos;
- ✓ Contexto histórico-cultural e a educação de jovens e adultos;
- ✓ Fundamentos teóricos sobre a apropriação de conhecimentos;
- ✓ Características da demanda em educação de jovens e adultos;
- ✓ Organização do trabalho pedagógico (planejamento, procedimentos e recursos didáticos, avaliação);
- ✓ Leitura, produção de textos e análise lingüística;
- ✓ Avaliação dos alfabetizandos, das práticas pedagógicas e do seu envolvimento com a comunidade.

A formação continuada dos alfabetizadores é realizada durante as visitas mensais do coordenador da universidade ao município, acompanhadas do coordenador local e do monitor de apoio pedagógico. Para o PAS, as visitas podem se transformar

em um fórum de discussão permanente sobre as diferentes questões de ensino-aprendizagem e de incentivo à implantação da continuidade da formação, não só dos alfabetizadores como também dos alfabetizandos (PAS, 1999).

Essas são as propostas elaboradas pelo Conselho de Universidades para que as IES pudessem ter um norte e que os resultados obtidos no final de cada Módulo pudessem ser computados com credibilidade. Isto, no momento em que o PAS deixou de ser apresentado como um programa de alfabetização inicial e de erradicação do analfabetismo, para definir-se como uma ação que visa desencadear processos de alfabetização e fomentar a incorporação da educação de jovens adultos aos sistemas municipais de ensino, ou seja, estimular os municípios envolvidos a criarem cursos de suplência de ensino fundamental e apresentarem projetos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para obtenção de apoio financeiro.

O avanço na sistematização de orientações pedagógicas não é acompanhado por melhoria nas condições de funcionamento do Programa: o nível de escolaridade dos alfabetizadores, o período de capacitação reduzido, o período em sala de aula que é de apenas cinco meses, e que ainda se reduz, com interrupções devidas a feriados, a atividades diversas e a imprevistos de toda a ordem.

Parece-me, pois, um tanto pretensiosas as propostas do Conselho e idealista a sua expectativa de que o período de permanência no Programa possa preparar os jovens e adultos para a continuidade da escolarização através da suplência, a cargo dos municípios.

CAPÍTULO III

A UNISANTOS NO PAS

Ninguém nasce feito: vamos nos fazendo aos poucos na prática social de que tomamos parte (Paulo Freire, 2001)

1. Organização Geral

No mesmo mês em que o PAS foi lançado no Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, em Natal, no Rio Grande do Norte, iniciou-se o processo de seleção das IES interessadas em participar do Programa e da Universidade Solidária (UNISOL), com início previsto para janeiro de 1997. Através de carta convite, datada em 11 de setembro de 1996, endereçada ao então Reitor da UniSantos, Prof. Francisco Prado, informava-se também o envolvimento de 32 municípios das regiões Norte e Nordeste e, para a universidade participar, bastaria responder positivamente à referida carta, que estava assinada pela então primeira dama, a senhora Ruth Corrêa Leite Cardoso, pelo Ministro da Educação e do Desporto, Prof. Dr. Paulo Renato Souza e pelo Presidente de Reitores das Universidades Brasileiras.

A Universidade Católica de Santos aderiu, como parceira, ao Programa Alfabetização Solidária em junho de 1997, quando lhe foi oferecido um município do interior de Pernambuco, Lagoa dos Gatos, com taxa de

analfabetismo da população superior a 55%. Como já foi mencionado no Quadro 4 (p. 51),conforme o Contrato de Adesão, é responsabilidade da IES selecionar e capacitar os alfabetizadores dos municípios parceiros; providenciar o local para alojamento dos coordenadores e alfabetizadores durante o período de treinamento; realizar a orientação, o acompanhamento pedagógico e garantir a avaliação da aprendizagem, devendo ainda incentivar a pesquisa e a produção de materiais pedagógicos;

A professora Genoveva Garcia Marques, do Curso de Pedagogia, foi convidada pela então Vice-Reitora Acadêmica, Prof.^a Maria Helena Lambert, para coordenar e responder pelo PAS na universidade

Em junho de 1997 foi realizada a visita precursora ao município, (cuja atribuição está especificada no Quadro 4, p.) que tem a responsabilidade de inscrever os alfabetizadores e alfabetizandos e em providenciar espaços para instalação de salas de aula. Nessa visita foi realizada a prova de seleção dos alfabetizadores, em duas etapas. A primeira constou de questões envolvendo as quatro operações de matemática e uma solicitação escrita por parte dos alfabetizadores mostrando interesse em participar do PAS. A segunda, de uma entrevista, durante a qual o Coordenador da Universidade poderia conhecer melhor o perfil do(a) candidato(a). A escolha das localidades onde funcionariam as classes de alfabetização de jovens e adultos foi realizada junto com a Coordenadora do Município e a Secretária de Educação. Estas localidades estavam situadas tanto na zona urbana quanto na rural, e sempre na dependência da disponibilidade de um(a) alfabetizador(a). A escolha da Coordenadora do Município foi realizada pela Coordenadoria do PAS, através da indicação do Prefeito.

Conforme orientações apresentadas na Revista Científica (PAS,1999), o coordenador municipal deve atender as seguintes atribuições administrativas:

- *Pontualidade na prestação de contas;*
- *Atendimento às solicitações do Programa;*
- *Presteza nas solicitações do coordenador da universidade;*
- *Distribuição e controle da merenda;*
- *Supervisão da infra-estrutura das salas ” (PAS, 1999, p.21).*

São atribuições dos alfabetizadores:

- *“Pontualidade;*
- *Assiduidade;*
- *Relacionarem-se com os alunos;*
- *Envolverem-se com a comunidade;*
- *Planejarem as atividades diárias; participarem das reuniões pedagógicas;*
- *Registrarem as ações pedagógicas desenvolvidas; o acompanhamento da aprendizagem dos alunos; controlarem a frequência e a evasão;*
- *Avaliarem no inicio; ao longo do processo e ao final” (PAS, 1999, p. 21).*

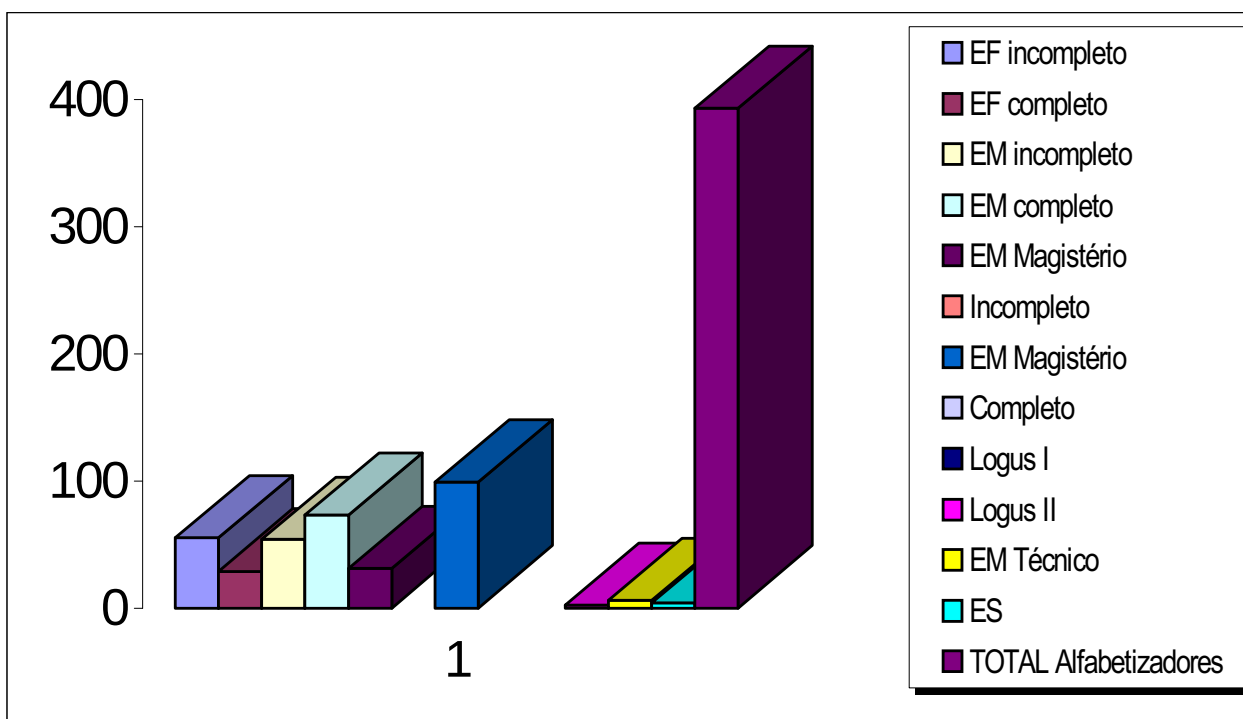
Os monitores têm como atribuições:

- *Acompanharem o coordenador da universidade na visita ao município;*
- *Capacidade para fazer o acompanhamento pedagógico;*
- *Controlarem a frequência e a evasão;*
- *Demonstrarem iniciativa em situações emergenciais;*
- *Disponibilidade de tempo para dedicarem-se ao Programa durante a semana;*

- *Organizarem e realizarem encontros periódicos com alfabetizadores para planejarem as atividades didáticas;*
- *Realizarem visitas semanais às salas de aula (PAS, 1999, p. 22).*

Apesar das orientações dadas pelo Programa às IES parceiras, para priorizarem, na seleção de alfabetizadores, os candidatos que estejam cursando o 2º Grau Magistério, nos nossos municípios parceiros da região nordeste poucos foram os que apresentavam o Ensino Médio Completo (Gráfico 1), contrariando os dados para PPGCU, cujos alfabetizadores apresentam nível de escolaridade variando de Ensino Médio Incompleto até Ensino Superior completo (Curso de Pedagogia).

GRÁFICO 1 : Escolaridade dos alfabetizadores dos municípios nordestinos Parceiros da UniSantos no PAS.



Fonte: Relatórios de Avaliação elaborados pela UniSantos ao final de cada Módulo.

Os alfabetizadores dos municípios nordestinos e dos Grandes Centros⁴⁰, eram bem jovens. Dos 854 alfabetizadores que freqüentaram os cursos de capacitação aproximadamente 50% deles pertenciam a faixa etária entre os 20 e 24 anos.

No início, a estrutura do PAS na UniSantos estava organizada da seguinte maneira: um professor Coordenador Geral e um professor Coordenador Pedagógico que também funcionava como Coordenador Setorial – era responsável por até dois municípios. Três novos municípios foram oferecidos à universidade em maio de 1998: Bom Conselho, também em Pernambuco, próximo de Lagoa dos Gatos; Boqueirão e Gado Bravo, ambos localizados na região do semi-árido, no cariri da Paraíba, todos com altos índices de analfabetismo (Tabela 9).

TABELA 9 : Índice de analfabetismo da população dos municípios parceiros.

Municípios/ NE	Índice IBGE /91	Índice IBGE/1997
Alcantil - PB	36,73	30,10
Barra de Santana - PB	36,73	36,30
Bom Conselho – PE	39,85	40,50
Boqueirão – PB	Não informado	30,7
Gado Bravo – PB	50,09	38,6
Lagoa dos Gatos - PE	+ 55	48

Fonte: Relatórios das viagens precursoras aos municípios parceiros. IBGE /1997 e Censo Demográfico 2000.

⁴⁰ Ao citar Grandes Centros estou me referindo aos municípios de Guarujá, Santos e São Vicente.

Seguindo as determinações do Programa, um professor da IES só pode coordenar dois municípios, assim, uma nova professora, também do curso de Pedagogia, assumiu a coordenação dos municípios da Paraíba.

Para atender a demanda de pessoas não alfabetizadas residentes em bolsões nos grandes centros urbanos, foi criado o Projeto Piloto Grandes Centros Urbanos (PPGCU), iniciando no segundo semestre de 99, com os municípios localizados dentro de um raio de 70 Km de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde o índice de analfabetismo não é elevado, mas a concentração de pessoas não alfabetizadas é alta.

Como houve interesse por parte da universidade em participar desse projeto piloto, nesse semestre de 1999, a UniSantos começa a atuar em dez salas de aula distribuídas entre os municípios do Guarujá, Santos e São Vicente. Além desses, no projeto nordeste são incluídos Alcantil e Barra de Santana, localizados também na região do semi-árido da Paraíba.

Totalizaram-se, então, seis municípios do nordeste e três nos Grandes Centros, sob a nossa responsabilidade. Para podermos coordenar os 97 alfabetizadores, seis coordenadores e seis monitores, foi necessário ampliar a participação de professores e, assim, a equipe ficou constituída por uma professora do curso de Pedagogia, um professor dos cursos de Matemática e Pedagogia, um professor do curso de História e Filosofia, duas professoras do curso de Biologia (uma delas também do curso de Farmácia). Uma aluna do curso de Pedagogia ficou responsável pela coordenação do PPGCU (Tabela 10).

Tabela 10: Evolução dos municípios, coordenadores, monitores e alfabetizadores participantes dos cuos de capacitação na FAFIS.

	MUNICÍPIOS	COORDENADORES	MONITORES	ALFABETIZADORES
Módulo II 2ºsem 97	01	01	_____	10
Módulo III 1ºsem 98	01	01	_____	10 + 1 suplente
Módulo IV 2ºsem 98	04	04	_____	67
Módulo V 1ºsem 99	04	04	_____	67
Módulo VI 2ºsem 99	06+ PPGCU	07	06	97
Módulo VII 1º sem 2000	06 + PGCU	07	06	97
Módulo VIII 2º sem 2000	06 + PGCU	07	06	97
Módulo IX 1º sem 2001	06 + PGCU	07	06	97
Módulo X 2º sem 2001	06 + PGCU	07	06	97
Módulo XI 1º sem 2002	06 + PGCU	07	06	107
Módulo XII 2º sem 2002	06 + PGCU	07	06	
TOTAL	07			

Fonte: Relatórios dos cursos de capacitação de alfabetizadores realizados na FAFIS -

UniSantos

Com a adesão da universidade ao PPGCU, a atuação dos parceiros continua inalterada, mas ocorre uma alteração na estrutura do PAS na UniSantos. Para atender este Projeto, foi necessário indicar além do professor Coordenador Geral e do professor Coordenador Pedagógico, já existentes, um professor Coordenador Cultural, um aluno da graduação para coordenador de grupo e o dinamizador cultural, também aluno da graduação.

Por determinação do Programa, *“os coordenadores de grupo, ou seja, os monitores dos cursos de graduação, poderiam coordenar no mínimo sete e no máximo 10 turmas de alfabetização”* (PAS, 1999, p.6). Os dinamizadores culturais, um para cada cinco turmas de alfabetização, eram estudantes de diferentes cursos da graduação, responsáveis em promover eventos, planejar

as atividades culturais e de lazer junto aos alfabetizandos, sob a orientação do professor coordenador cultural

Sob a orientação dos professores, os alunos dos cursos de graduação em Biologia, Farmácia, Filosofia, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Matemática e Pedagogia eram os responsáveis pela execução das atividades/oficinas na capacitação dos alfabetizadores (Tabela 11).

TABELA 11: Evolução do número de alunos dos cursos de graduação que participaram dos cursos de capacitação de alfabetizadores e a carga horária.

Período	Alunos da Graduação								Carga Horária
	Bio	Farm	Fil	Geo	Hist	Jor	Mat	Ped	
Julho/97	-	-	1	-	-	1	1	1	90 h / 21 dias
Janeiro/98	-	-	1	-	-	1	1	1	90 h / 21 dias
Julho/98	-	-	1	-	-	1	3	4	130 h / 21 dias
Janeiro/99	6	-	1	-	-	1	3	7	130 h / 21 dias
Julho/99	6	-	1	-	3	1	1	8	140 h / 21 dias
Janeiro/00	2	2	1	-	3	1	1	9	130 h / 21 dias
Julho/00	2	2	1	-	3	1	1	9	130 h / 21 dias
Janeiro/01	2	2	1	-	3	1	1	9	128 h / 21 dias
Julho/01	2	2	1	-	4	1	4	4	130 h / 9 dias
Janeiro/02	2	2	1	2	4	1	4	4	130 h / 9 dias
Julho/02	2	2	1	2	4	1	4	4	130 h / 9 dias

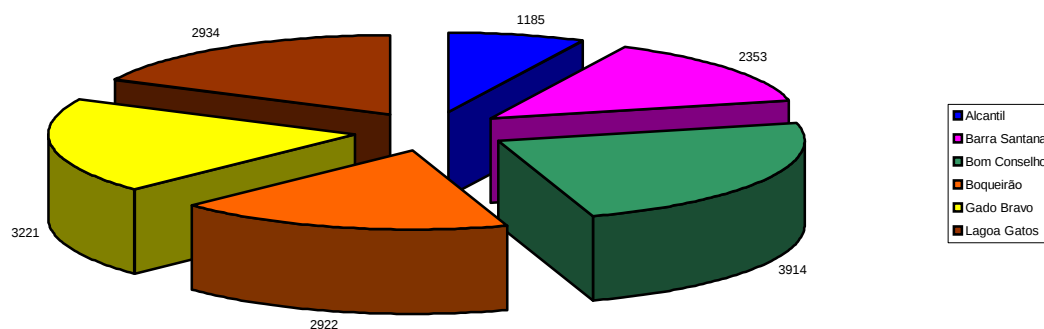
Fonte: Relatórios dos cursos de capacitação enviados da UniSantos ao PAS

A escolha desses alunos era realizada através de convite pelo próprio professor do curso. Até 1999, os alunos que trabalhavam na capacitação

recebiam uma quantia em espécie equivalente às horas trabalhadas e a partir de julho de 1999, além do valor em espécie, o período trabalhado poderia ser convalidado em horas de estágio, mediante apresentação de relatório ao professor da disciplina de Prática de Ensino.

No período de 1997 a 2002, durante a parceria UniSantos / PAS, freqüentaram as salas de aula dos seis municípios parceiros um total de aproximadamente 16.529 alunos. Esse número, porém, pode não expressar o atendimento real, devido à permanência de muitos deles em diversos Módulos. Também não é possível garantir que todos tenham sido alfabetizados, pois o alfabetizador nem sempre possui condições para desenvolver com sucesso suas atividades (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 : Alunos atendidos pelo PAS nos municípios nordestinos parceiros entre 1997 e 2002.



Fonte: Relatórios de Avaliação ao final de cada Módulo.

Durante o período de agosto de 1999 a 2002, a UniSantos atendeu 1929 alunos, entre os três municípios da Baixada Santista – Guarujá, Santos e São Vicente, dos quais 219 se evadiram (Tabela 12).

TABELA 12 : Relação de alfabetizandos atendidos nos municípios parceiros da Baixada Santista – PPGCU - entre 1999 e 2002.

	I	II	III	IV	V	VI	VII	
MÓDULOS	1999	2000	2000	2001	2001	2002	2002	TOTAL
ALFABETIZANDOS	287	236	323	319	286	255	223	1929
EVADIDOS	13	22	20	52	39	44	29	219

Fonte: Relatórios de Avaliação Final por módulo.

As principais causas de evasão registradas nos relatórios finais dizem respeito a problemas de visão e mudanças de residências em busca de emprego. O público que frequenta as salas de AJA nos Grandes Centros são, em sua maioria migrantes nordestinos, que buscam nas aulas a oportunidade de obter nova cédula de identidade com sua assinatura no lugar da marca do polegar. Escrever cartas para seus parentes, ler a bíblia, conseguir um emprego melhor, são outros motivos registrados. Alguns, muito poucos, possuem pequenos estabelecimentos comerciais e sentem a necessidade de conhecer as letras e os números.

Até dezembro de 2000, foram encaminhados para os cursos de Suplência, 129 alunos do Guarujá, 31 de Santos e 35 de São Vicente.

Em 2001, a UniSantos responsabilizou-se por uma sala no bairro do Humaitá, em São Vicente, composta por deficientes auditivos. Os dois professores que atuavam na localidade apresentavam deficiência auditiva elevada, mas utilizavam aparelhos e tinham leitura labial bem eficiente. Esta dupla de professores alfabetizou 20 alunos durante os módulos IV e V, e no

início do módulo VI, a prefeitura de São Vicente, aproveitando as instalações, enviou um professor da rede municipal de educação para a localidade.

As salas de aula do PAS em número de 10 a 13, estão disponibilizadas em ambientes variados, como salões de igrejas, comunidades de bairro e sindicatos. Em 2002, o Rotary Club de Santos disponibilizou duas salas na construção civil, para os alfabetizadores da UniSantos atuarem.

Santos é uma cidade turística, litorânea, com o maior porto da América Latina e localizada apenas a 70 Km de São Paulo. Nos meses de janeiro e julho, que coincidem com os meses de férias escolares, a cidade fica com sua rede hoteleira comprometida com os turistas de diferentes partes do Brasil e do exterior. A UniSantos não possui alojamentos e, para poder receber bem os alfabetizadores e coordenadores durante 20 dias, nos meses de alta temporada, reservava os hotéis próximos do campus Pompéia, onde se encontra a FAFIS. A primeira capacitação, com 10 alfabetizadores e uma coordenadora, foi tranqüila para a equipe da Vice-Reitoria Comunitária. Foi necessário apenas um micro ônibus para o traslado do aeroporto de Guarulhos a Santos, e do hotel para a FAFIS (e vice-versa), além de guarda-chuvas e agasalhos, pois fez muito frio em julho, os termômetros chegaram a marcar 9 °C . Durante a semana, o desejum era feito no hotel e as demais refeições (lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar) ocorriam na cantina da FAFIS. Nos fins de semana, em que não havia atividade, todas as refeições aconteciam no próprio hotel. Cada alfabetizador recebia também alguns vales lavanderia. Estes procedimentos ocorreram até a nossa última capacitação em 2002. O PAS enviava um percentual por alfabetizador para cobrir as despesas de alojamento e alimentação e a UniSantos entrava com

outro percentual para completar as despesas dos hotéis e alimentação. Vale lavanderia, agasalhos, camisetas, guarda-chuvas, consultas médicas, água nos quartos e a festa de encerramento com buffet ou churrascada, ficavam por conta da UniSantos.

Neste período, o Vice-Reitor Comunitário era o professor Antonio Fernando, que, questionado sobre quais os benefícios que a universidade obteve com esta parceria, uma vez que ela estava proporcionando muito mais do que estava no contrato, ele me respondeu *“que os benefícios estavam na esfera da publicidade e que a universidade queria fazer o melhor, já que estava com as finanças equilibradas e que desconhecia qualquer outro tipo de benefício”*.

2. CAPACITAÇÃO DOS ALFABETIZADORES

Educar para a cidadania talvez tenha a ver com educar para um perguntar e um pensar impensáveis, que não podemos antecipar nem prever” (KOHAN (2001, p.2).

Desde a inserção da UniSantos, bem como de todos os professores coordenadores, no PAS, a capacitação dos alfabetizadores tem sido a principal preocupação da equipe. Acredita-se que grande parte da prática pedagógica passa pelas habilidades técnica, política e humana do educador, tenha ele título acadêmico ou não. Num processo permanente de pensar e olhar a prática com os olhos da teoria, buscando respostas que melhor pudessem atender as necessidades do cotidiano, vivemos, nestes últimos quatro anos,

uma transformação pautada pelo enfrentamento a desafios que pudessem dar mais qualidade a nossas propostas teórico-práticas de Capacitação Intensiva e Continuada (PONTE et al., 2002, p.35).

Seguindo as orientações do PAS, o curso de capacitação para os dez alfabetizadores selecionados e para a coordenadora do município de Lagoa dos Gatos, ocorreu nas dependências da FAFIS, no período de 06 a 25 de julho de 1997, totalizando 90 horas.

Foram estabelecidos pela professora coordenadora da UniSantos, os seguintes objetivos para o curso de capacitação de julho de 1997 (RELATÓRIO CURSO DE CAPACITAÇÃO, 1997):

- ✓ Contribuir para a formação de alfabetizadores que se reconheçam como seres em permanente construção;
- ✓ Possibilitar condições para ampliação e atualização dos conhecimentos dos alfabetizadores, para que adquiram segurança e atribuam significado aos conteúdos que deverão desenvolver com suas turmas;
- ✓ Proporcionar condições para que o alfabetizador analise e compreenda a proposta do Programa Alfabetização Solidária (PAS);
- ✓ Oferecer possibilidades de vivência dos vários recursos metodológicos que possam contribuir para o sucesso da prática pedagógica.

As atividades de orientação técnica foram as seguintes:

- ✓ Contextualização da questão da educação de jovens e adultos (mesa redonda);
- ✓ Preconceito/auto-estima (dinâmica de grupo);
- ✓ Capacitação em alfabetização: português e matemática;
- ✓ Oficinas: português e matemática.

Procurou-se, através de dinâmicas de grupo, tornar mais próxima a relação entre alfabetizadores e professores da universidade, para que o período de capacitação transcorresse num clima de amizade e confiança. Em virtude das diferenças culturais entre as duas regiões, e da origem dos alfabetizadores (alguns da zona rural de Lagoa dos Gatos), atividades enfocando a elevação da auto-estima e quebra de preconceitos foram desenvolvidas durante todo o período da capacitação. A teoria e a prática foram trabalhadas na forma de oficinas.

Neste curso de capacitação, além das aulas de alfabetização em Português e Matemática, foi programado um roteiro histórico-cultural ao centro de Santos e uma visita ao pólo petroquímico de Cubatão. Participaram desta capacitação alunos da graduação dos cursos de Letras, Matemática e Pedagogia, como professores-monitores.

O curso de Jornalismo participou de todo o processo tanto das capacitações como no acompanhamento de professores aos municípios, para as visitas às salas de aula, elaborando os Boletins Informativos – veículo de divulgação das atividades do Programa Alfabetização Solidária da UniSantos, produzido sob responsabilidade da Vice-Reitoria Comunitária, tendo como professor responsável o jornalista Dirceu Fernandes Lopes.

Em janeiro de 1998, Lagoa dos Gatos retornou para a capacitação, nos mesmos moldes de julho de 1997, com dez novos alfabetizadores selecionados, um alfabetizador suplente e a coordenadora municipal. Em julho desse mesmo ano, três novos municípios participaram do curso com os mesmos objetivos propostos para 1997. A carga horária do curso de

capacitação passou para 130 horas, os participantes para 67 e um aluno do curso de Filosofia integrou a equipe como professor–monitor.

Em janeiro de 1999, além da capacitação em Alfabetização e Matemática, fui convidada como professora do curso de Biologia, para preparar e desenvolver oficinas sobre: água, lixo e as doenças transmitidas por esses meios; papel reciclável e educação sexual – constituindo o eixo temático *Meio Ambiente/Valorização da Vida*, pois as coordenadoras sentiram a necessidade após um ano e meio de convívio mensal com a população dessas localidades nordestinas, de sensibilizar⁴¹ os alfabetizadores sobre esses assuntos. Com esse enfoque, mantiveram-se os objetivos definidos para a capacitação de 1997 e reiterados em 1998, aos quais se acrescentaram os seguintes:

- Proporcionar ao alfabetizador condições para questionar seu meio ambiente através de informações, discussão e reflexão, buscando soluções para seus problemas locais;
- Contribuir para que o alfabetizador tenha conhecimentos básicos sobre o saneamento ambiental, preservação e combate às doenças, criando a responsabilidade pela preservação do ambiente e da melhoria da qualidade de vida.

Atividades de orientação técnica:

- Contextualização da questão da educação de jovens e adultos;
- Caracterização ambiental da Baixada Santista (palestra);
- Capacitação em alfabetização: português e matemática;

⁴¹ A noção de *sensibilização* se refere ao primeiro contato com o problema, colocando ao alcance dos participantes informações gerais para ocorrer a motivação (GAUDIANO, 2001). Para GIOLITTO (1984, p.122), a escola recebe a missão de procurar uma educação “*destinada a sensibilizar os jovens ante os perigos que ameaçam nosso meio de vida e a incentiva-los a adotarem espontaneamente uma postura protetora*”.

- Oficinas: português e matemática;
- Oficinas: Meio Ambiente/Valorização da vida (água, doenças, lixo, sexualidade, DST/AIDS, reciclagem de papel).

O eixo temático Meio Ambiente/Valorização da vida foi desenvolvido por seis alunos do curso de Biologia, em forma de oficinas (Quadro 9):

Quadro 9: Relação das oficinas desenvolvidas no eixo Meio Ambiente/Valorização da Vida, durante a capacitação de 1999.

OFICINAS	CONTEÚDOS ABORDADOS
LIXO	Tipos; utilidade; abrigo de vetores de doenças
ÁGUA	Importância, desperdício; captação, tratamento; meio de transmissão de doenças
DOENÇAS	Doenças mais comuns nas localidades e profilaxia; verminoses e protozoários parasitas (laboratório de informática)
DST/AIDS	Palestra utilizando as dúvidas previamente colocadas nas caixas específicas pelos alfabetizadores durante a capacitação; reprodução humana; doenças sexualmente transmissíveis
RECICLAGEM	Produção de objetos utilizando papel reciclável
PAPEL	O que é; conservar e/ou preservar; intervenção do Homem no ambiente
MEIO AMBIENTE	((laboratório de informática)

Fonte: Relatório Final do Curso de Capacitação de 1999.

Dentro do projeto de pesquisa institucional – Prevalência e prevenção de anemias hereditárias em jovens na idade de procriação, todos os alfabetizadores puderam ter acesso a exame de sangue, hemograma completo, para detectar a presença de anemias, bem como Talassemia e Anemia Falciforme.

A carga horária dos cursos de capacitação de julho de 1999 e julho de 2002 foi em média de 130 horas, distribuídas entre 9 e 20 dias.

Em janeiro de 2001, o curso de capacitação sofreu mudança em sua estrutura. Os monitores municipais tiveram capacitação diferenciada da dos alfabetizadores e as atividades pedagógicas foram organizadas em cinco eixos temáticos: 1. Alfabetização em Português e Matemática; 2. Saúde/Meio Ambiente; 3. Caracterização Ambiental da Baixada Santista, água, lixo e cidadania como temas transversais; 4. Visão Histórica da Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil; 5. Alfabetização e Currículo.

Para auxiliar o trabalho dos Coordenadores Municipais, duas ex-alunas, uma do curso de Pedagogia e a outra da Faculdade de Serviço Social, ficaram encarregadas de orientá-los sobre como preparar uma reunião; escrever uma ata; arquivar documentos e preencher os formulários do PAS.

Os monitores, cuja responsabilidade era de acompanhamento das atividades pedagógicas dos alfabetizadores, receberam esclarecimentos sobre:

- ✓ como elaborar um plano de aula, diferenciando objetivos de conteúdos e procedimentos;
- ✓ preparar o ambiente alfabetizador e atividades que pudessem ser trabalhadas nas salas de aula de seus municípios e
- ✓ montagem do cronograma para o semestre.

Os 117 participantes dos seis municípios do Nordeste e os três da Baixada Santista foram distribuídos em quatro turmas para melhor entrosamento e uma maior qualidade e pertinência nas atividades propostas. Turma 1: Alcantil e Gado Bravo; Turma 2: Barra de Santana e Lagoa dos Gatos; Turma 3: Bom Conselho, Santos e São Vicente; Turma 4: Boqueirão e

Guarujá. Um aspecto importante da capacitação de julho de 2001, foi a inclusão de alunos surdos-mudos auxiliados pela sua tradutora, integrando-se aos grupos. O curso de Geografia participa pela primeira vez na capacitação e um professor integra a equipe.

Com a nova proposta interdisciplinar, a estrutura e operacionalização do projeto para a capacitação de alfabetizadores, foi modificado.

A ênfase à interdisciplinaridade deve-se à necessidade de garantir um trabalho articulado no processo de capacitação (capacitadores de áreas diferentes preocupados na relação entre os diferentes conteúdos) e orientar para que os alfabetizadores façam o mesmo. A rigor, sabe-se que nas séries iniciais do Ensino Fundamental, a presença de um único professor para ministrar diferentes conteúdos, a interdisciplinaridade deveria ocorrer automaticamente. Porém, em muitos casos, o próprio professor fragmenta os conteúdos quando estipula horários para cada disciplina, por exemplo.

Os alunos dos cursos de Pedagogia, Matemática, Biologia, Farmácia e História, com a orientação dos professores coordenadores, definiram os textos e os temas foram retirados do livro *Viver, Aprender*⁴² – *Educação de Jovens e Adultos, módulos 1,2,3 e 4* do Programa. Procurou-se relacionar cada tema com os Temas Transversais (PCNs)⁴³. Elegemos a ética como elemento antropológico e político do conhecimento, dimensões que seriam criadas no interior do processo de aprendizagem. As discussões propiciam um diálogo entre as diferentes áreas do saber, na medida em que toda ação e/ou

⁴² Coleção composta por quatro livros para os estudantes e guias para o educador. Abrange as áreas de Língua Portuguesa, matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza. Com apoio e financiamento do MEC, esse material foi produzido pela Ação Educativa e é coordenado por Cláudia Lemos Vóvio (Vóvio, 2000).

⁴³ Parâmetros Curriculares Nacionais, implantados no país em 1999.

conhecimento é uma construção do sujeito, que não possui a neutralidade ambicionada pelo positivismo (D'AMBRÓSIO, 1997).

Estabeleceu-se para cada dia de aula um tema (conforme o Quadro 10), com base em artigos de jornais e revistas. Transversalizando todos os temas, trabalhamos Cidadania e Ética. Portanto, as aulas foram desenvolvidas em forma de oficinas contextualizadas e temáticas.

QUADRO 10 : Temas e Textos utilizados no curso de capacitação de julho de 2001.

TEMAS	TEXTOS	DIA
Alfabetização	Eles vão à escola para arrumar emprego. (Luciane Scarazzati)	1º
Quem Somos? (Pluralidade Cultural)	E o sertão vai virar aula. (Revista Escola nº 141, ano 2001)	2º
Nosso Tempo (Tecnologia)	Nunca fomos tantos. (Wilson F. de Wegi)	3º
Nosso Lugar (Meio Ambiente)	Cinco mil protestam contra seca e fome no Recife. (Reportagem Folha São Paulo, 2001)	4º
Nosso Corpo (Saúde)	Um caminho perigoso: Poluição, desperdício, doenças, falta de saneamento e de vergonha. (Reportagem Folha São Paulo, 2001)	5º
Sexualidade	Ética sexual universal. (Naumi de Vasconcelos, 1997)	6º
Nosso Trabalho (Trabalho e Consumo)	Valor do dinheiro vira matéria de escola. (Elza Yuri Hattori)	7º
Nosso Estudo	Educação no combate ao desemprego. (Luiz Gonzaga Bertelli)	8º
Energia	Moradores de Fernão Velho reclamam de água de açude (Elisana Tenório).	9º

Cidadania e Ética perpassando em todos os temas

Para cada aula, optou-se pelos seguintes procedimentos:

1. leitura do texto com orientação;
2. listagem das palavras chaves;

3. uso do dicionário;
4. levantamento de problemas e soluções;
5. discussão dialógica;
6. desenvolvimento de atividades em grupos para aplicação dos dados levantados, considerando a realidade da localidade de cada alfabetizador;
7. socialização dos trabalhos;
8. avaliação do dia.

Em julho deste mesmo ano, os assuntos referentes a Saúde e Meio Ambiente foram trabalhados durante os nove dias de capacitação, no período da tarde com duração de 3 horas diárias, utilizando como referência os mesmos textos estudados em alfabetização e matemática. Palestra sobre aproveitamento alimentar ficou a cargo da senhora Maria José Diniz, da Pastoral da Criança e Adolescente, que ensinou ao grupo algumas receitas utilizando partes de vegetais e de animais que normalmente são jogados fora. O Professor Nilson Monteiro Silvestre, do curso de Farmácia, aproveitando os conhecimentos dos alfabetizadores sobre plantas medicinais, esclareceu as dúvidas sobre preparo e uso das mesmas.

Embora estivéssemos verbalizando nas nossas reuniões pedagógicas preparatórias de forma interdisciplinar, estávamos na prática agindo de forma fragmentada, justificada pelas nossas limitações histórico-culturais e epistemológicas. Instigados em continuar propondo atitudes interdisciplinares, em julho deste mesmo ano, propusemos a seguinte organização para a capacitação

Os textos foram escolhidos de diferentes fontes, com conteúdo de fácil entendimento, que pudessem estar relacionados com os temas e que permitissem a utilização dos conteúdos de Português, Matemática, História, Geografia, Biologia (Saúde e Meio Ambiente).

Os conteúdos discutidos foram os seguintes:

- Importância do conhecimento da realidade sócio-econômica;
- O efeito perverso do desemprego, fome, doenças, tráfico de drogas;
- Trabalho comunitário;
- Ciclo básico dos vermes;
- Área de desertificação – origem da seca;
 - Zona urbana/zona rural;
 - Lixo / reciclagem;
 - Higiene pessoal;
 - Meio ambiente escolar – História da localidade;
 - HIV, DST, AIDS – preconceito;
 - Bula: auto-medicação;
 - Surdez: cuidados que devem ser observados em sala de aula;
 - Epidemias;
 - Gravidez na adolescência;
 - Planejamento familiar / Anticoncepcionais/ Aborto

O procedimento adotado pelos professores-monitores durante o período foi o seguinte: cada texto foi trabalhado com os alfabetizadores através de leitura coletiva orientada, levantamento das palavras desconhecidas, problematização e possíveis soluções para os problemas encontrados. Neste

momento, os professores-monitores coordenavam dialogicamente as idéias para direcionar com melhor aproveitamento o desenvolvimento de resolução de problemas matemáticos, questões ambientais, de leitura, de redação, de textos coletivos, educação sexual, entre outros, utilizados no cotidiano dos alunos. O objetivo proposto para o primeiro

texto, “Eles vão à escola. Para arrumar emprego” (SCARAZZATI, 2001), foi o de sensibilizar os alfabetizadores da importância de saber decodificar o código da leitura e da escrita para conseguir um emprego melhor remunerado. Foram selecionados palavras como higiene, sexualidade, reprodução, metodologia, genoma humano, lixo, vida, desenvolvimento, reciclagem, auto estima, sentidos, poluição industrial, tempo, relógio biológico, vida, natureza, vergonha e discutidas em seguida.

“E o sertão vai virar aula”, texto extraído da Revista Escola nº141, ano 2001, foi utilizado para o segundo dia, com o objetivo de apresentar aos participantes as diferenças culturais existentes entre as diferentes regiões geográficas brasileiras. Neste dia, características climáticas, problemas de desertificação, tipos de vegetação, foram os temas trabalhados em Meio Ambiente e Saúde.

Planejamento familiar, qualidade de vida, escassez de alimento, emprego X salário família, sistema de saúde, impacto ambiental, produção de lixo/ pessoa, 4R (repensar, reduzir, reutilizar e reciclar), mais investimento na educação e distribuição dos recursos X desigualdade social, foram os assuntos relacionados no texto “Nunca fomos tantos” (WEGI, 2001). Nosso lugar foi o tema do quarto dia, com o texto “Cinco mil protestam contra a seca e fome no

Recife” (Folha de São Paulo, 2001). Questões sobre a seca, água, vegetação do semi-árido foram abordadas neste tema.

Questões de gênero, sexualidade, importância do conhecimento do corpo, órgãos reprodutores, doenças sexualmente transmissíveis, verminoses, doenças transmitidas pela contaminação da água e dos alimentos, foram trabalhados na forma de oficinas e de palestras de esclarecimento sobre sexualidade, aproveitamento alimentar e plantas medicinais.

Os conteúdos sobre Saúde e Educação Ambiental foram tratados na forma de oficinas. Tivemos a preocupação de levantar, junto às respectivas secretarias de saúde as doenças que figuram entre as mais comuns nas regiões de origem dos alfabetizadores, para poderem ser trabalhadas durante o curso. São as seguintes: esquistossomose, cólera, leishmaniose visceral, ascaridíase e peste. Esta oficina foi realizada no laboratório da FAFIS, para que os alfabetizadores pudessem observar exemplares de vermes e protozoários parasitas. Foi utilizado o “baralho educativo”, confeccionado pelos alunos monitores, com imagens das doenças e seus meios de contaminação. A maioria das causas de doenças e deficiências poderiam ser evitadas por meio de ações preventivas. A educação para a saúde favorece o processo de conscientização quanto ao direito à saúde e instrumentaliza para intervenção individual e coletiva sobre os condicionantes do processo saúde/doença (MEC/SEF, 1998, p. 255).

Para discutir questões de sexualidade, várias caixas de dúvidas foram espalhadas em pontos estratégicos da FAFIS. Na última semana do curso, em horário pré estabelecido, foram respondidas as questões ali depositadas. Com

o auxílio de transparências, foram estudados o aparelho reprodutor feminino e o masculino.

Em janeiro e julho de 2002, quatro professores monitores, de três áreas distintas, ou seja, um de pedagogia, um de matemática, um de biologia ou de farmácia e um de história ou geografia, trabalharam os textos utilizados nas salas de aula em conjunto, das 8 horas até às 15 horas. Durante este período, foram levantados problemas gerais e específicos da temática do dia, para que, dentro deles, pudessemos discutir as questões técnicas do processo de alfabetização.

Os eixos temáticos foram os mesmos do ano anterior, com algumas alterações nos textos utilizados (Quadro 11).

QUADRO 11: Temas e textos propostos para o curso de capacitação em janeiro e julho de 2002.

TEMAS	TEXTOS	DIA
Alfabetização	Jovens e mais instruídos resistem mais no emprego (Adriana Mattos, Claudia Rolli, da Folha de São Paulo, 16/12/2001)	1º
Quem Somos? (Pluralidade Cultural)	E o sertão vai virar aula (Revista Escola, nº 141, ano 2001)	2º
Nosso Tempo (Tecnologia)	Nunca fomos tanto (Wilson F. de Wegi)	3º
Nosso Lugar (Meio Ambiente)	Cinco mil protestam contra seca e fome no Recife (Reportagem Folha de São Paulo, 2001)	4º
Nosso Corpo (Saúde)	Um caminho perigoso: poluição, desperdício, doenças, falta de saneamento e de vergonha (Reportagem Folha de São Paulo, 2001)	5º
Sexualidade	Ética sexual univesal (Naumi de Vasconcelos, 1997)	6º
Nosso Trabalho (Trabalho e Consumo)	Valor do dinheiro vira matéria de escola (Elza Yuri Hattori)	7º
Nosso Estudo	Educação no combate ao desemprego (Luiz Gonzaga Bertelli)	8º
Energia	Tecnologia antiapagão (16/06/01, Revista Superinteressante) Moradores de Fernão Velho reclamam de água de açude (Elisana Tenório)	9º
Cidadania e Ética perpassando em todos os temas		

Nas classes de Educação de Jovens e Adultos faz-se necessária a produção de material pedagógico complementar que trate sobre as questões de saúde e meio ambiente, envolvendo a prevenção de doenças e mudanças de comportamento a partir da educação ambiental, dando ênfase à problemática do lixo urbano.

Entende-se que esta generalização de práticas ambientais só será possível se estiver inserida no contexto de valores sociais, mesmo que se refira a mudanças de hábitos cotidianos. Então, o salto qualitativo do ambientalismo ocorrerá na medida em que se cria uma identidade crescente entre o significado e dimensões das práticas, com forte ênfase na relação entre degradação ambiental e desigualdade social, reforçando a necessidade de alianças e interlocuções coletivas (JACOBI,2001a).

Durante todo o processo de educação, buscamos uma valorização de auto-estima, imbuída numa relação ética visando as nossas atitudes de seres integrantes do saber e do fazer humanos.

Além de trabalhar alguns conceitos de educação ambiental e prevenção de doenças, os alfabetizadores recebem noções sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs/AIDS). Ao fornecermos informações básicas aos alfabetizadores sobre a sua própria sexualidade, reprodução e a disseminação de DST/AIDS, acreditamos que este deva ser um importante elemento de promoção da cidadania e auto-determinação.

3. A QUESTÃO AMBIENTAL COMO TEMA GERADOR NA CAPACITAÇÃO DE ALFABETIZADORES: O DIFERENCIAL DA UNISANTOS

*EA deve ser acima de tudo um
ato político voltado para a
transformação social*
(JACOBI, 2001b, p. 3).

Alfabetizar é um processo de conscientização, entendido como liberação da consciência para que o analfabeto se assuma como sujeito da história, da sua história. Este processo de liberação da consciência implica poder posicionar-se mais adequadamente em seu momento e em sua realidade social, com o mundo (GAUDIANO, 2001).

Para PAULO FREIRE, *“a alfabetização e a conscientização jamais se separam, princípio que pode se aplicado a qualquer tipo de aprendizado”* (1982, p.6). O conceito de conscientização ou tomada de consciência tem tomado parte do discurso da educação ambiental, praticamente desde seu reconhecimento. O documento síntese do Congresso de Moscou⁴⁴ (1987) concebia a educação ambiental como um processo permanente no qual os indivíduos e a coletividade cobram consciência de seu meio e adquirem os conhecimentos, os valores, as competências, a experiência e também a vontade de atuar individual e coletivamente para resolver os problemas atuais e

⁴⁴ Conferência Intergovernamental sobre EA em Moscou, promovida pela UNESCO-PNUMA, reuniu os países membros da ONU para uma avaliação do que fora realizado nos últimos dez anos e buscou redirecionamentos para a EA no mundo (DIAS, 1998,p.22).

futuros do meio ambiente. Na Carta de Belgrado⁴⁵ (1975) que define as seis áreas de objetivos que devem ser trabalhados na educação ambiental, há uma multiplicidade de significados que estão contidos neste conceito: *“Conseguir que os indivíduos e os grupos constituídos adquiram maior consciência do ambiente global e dos problemas relacionados e mostrem-se sensíveis a respeito deles”* (GAUDIANO, 2001).

O conceito de alfabetização não se encontra reduzido ao âmbito escolar, e sim, está associado a diversos agentes sociais com interesses em transmitir suas próprias visões do mundo, dentro de estruturas de poder estabelecidos nos sistemas políticos. Podemos falar também em *“alfabetizações, no plural, para caracterizar os vínculos entre o conteúdo e os amplos propósitos humanos, sistemas de valores e modos de vida e de ser; diferenças que podem ter grande significado político”* (LANKSHEAR Y MCLAREN, 1999, p. 9).

Para estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que a escola trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se vêem confrontados no seu dia-a-dia. Nas classes de EJA, o procedimento não deve ser diferente. O meio ambiente está integrado na proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Tema Transversal e deve relacionar a formação de valores, atitudes, com o ensino de habilidades e procedimentos (MEC/SEF, 1998). Nessa perspectiva, optamos por renomear o módulo *Meio Ambiente / Valorização da Vida para Educação para a Saúde / Meio Ambiente*, com os seguintes objetivos:

⁴⁵ Elaborada ao final da Conferência de Belgrado. Seu tema principal foi a premente necessidade de uma nova ética global que proporcionasse a erradicação da pobreza, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humanas (DIAS, 1998, p.58).

1. Prover material complementar para compor o módulo “Educação para a Saúde e Meio Ambiente”.
2. Oferecer subsídios para os alfabetizadores trabalharem com temas geradores pertinentes ao seu cotidiano, particularmente aqueles relacionados com a saúde e meio ambiente.

A temática ambiental é uma possibilidade de engajamento de professores e alunos em situações de ensino-aprendizagem, nas quais a problematização tem sido facilmente atingida, por envolver direta ou indiretamente, questões do cotidiano (OLIVEIRA et al., 2001).

Baseando-se nesse pressuposto, durante as visitas mensais aos municípios parceiros, problemas ambientais similares foram relacionados aos das localidades dos Grandes Centros, para serem trabalhados durante as capacitações.

A proposta para que os alfabetizadores pudessem aplicar nas suas turmas está baseada no método crítico de alfabetização de adultos, proposta por PINTO (2001, p.99-101). Após elencar os problemas ambientais que ocorrem em cada localidade junto com os alfabetizandos, é selecionada a palavra geradora de acordo com o grau de dificuldade. Posteriormente, a decomposição da palavra em seus elementos fonéticos e a recomposição destes em outras palavras, até a produção coletiva do texto.

Em relação a um dos grandes problemas ambientais, que é a produção e destinação do lixo, observamos diferenças interessantes. Nas localidades rurais não há produção de lixo putrecível, uma vez que todo resto alimentar é destinado à alimentação de porcos e outros animais domésticos, mas há muitas embalagens plásticas (sacolinhas de supermercado), que ficam soltas

pela estrada e pelos campos de pastagem, provocando asfixia no gado. Já nos Grandes Centros, além do lixo putrecível, depositado pela população ou pelo próprio poder público em locais não apropriados (lixões, etc.), há grande quantidade de embalagens PET's⁴⁶, que acaba sendo depositada em locais que são áreas de proteção ambiental, como os mangues. Essas diferenças foram discutidas e sugestões de atividades foram elencadas e preparadas, tais como “caça-palavras”, “quebra-cabeças” e o “baralho” sobre lixo. O documentário “Ilha da Flores” foi apresentado como elemento desencadeador das discussões.

Acreditando que educação ambiental não se reduz à discussão do lixo - separação dos resíduos recicláveis ou redução de material não putrecível - após o levantamento dos problemas ambientais de cada localidade, trabalhamos estratégias de alfabetização que desencadeavam questionamentos sobre degradação ambiental, desemprego, falta de saúde e educação⁴⁷. Segundo GAUDIANO (2001), só assim podemos intervir nos assuntos que afetam nossa própria vida.

Concordando com CHALUB MARTINS (2001), ao fomentarmos a Educação Ambiental, estamos preparando os jovens para o reconhecimento crítico do que é a sociedade brasileira e de suas mazelas históricas e como cada um pode, fazendo uso legítimo da liberdade, aspirar por e promover mudanças.

⁴⁶ Polietileno tereftalado (PET), subproduto do petróleo, é amplamente utilizado como matéria prima na produção de embalagens (CUNHA, 2004).

⁴⁷ Las formas de relación del hombre con su entorno podrían resumirse en tres tipos esenciales: la correspondiente a la esfera de lo emotivo (sensaciones de todo tipo generadas por la naturaleza, impresiones estáticas, disfrute recreativo y lúdico...), la propia de los procesos productivos (la naturaleza considerada como fuente de recursos) y la ligada a los aspectos cognoscitivos (intento de comprensión y explicación) CAÑAL, GARCÍA y PORLÁN (1981, p.15)

A educação tem o papel de formar cidadãos críticos e não apenas treinar pessoas sob a perspectiva de manutenção da sociedade como está, considerando principalmente a perversa relação homem-natureza. Assim, levando-se em conta o segundo objetivo proposto no módulo *Educação para a Saúde e Meio Ambiente*, cada alfabetizador preparou durante as oficinas sobre o tema saúde, material para ser trabalhado em sala de aula, que chamamos de “kit saúde”.

Trata-se de um conjunto de diferentes jogos (“quebra cabeça”, jogo da memória, entre outros), além de fichas explicativas sobre as principais doenças contagiosas e de veiculação hídrica, de ampla ocorrência nas localidades nordestinas e nas comunidades carentes dos grandes centros urbanos parceiras. Estas doenças, em sua maioria, apresentam em comum o fato de sua prevenção estar diretamente associada ao acesso à informação e à educação transformadora, características das chamadas “doenças da pobreza”.

A preparação deste material foi discutida, passo a passo, com todos os envolvidos no Programa Alfabetização Solidária – professores e monitores – pois a intencionalidade presente em cada ficha explicativa, em cada quadro produzido, foi a de problematizar as questões do cotidiano, também relacionadas com a saúde das pessoas e do ambiente. Desta forma, a contribuição da UniSantos no Programa Alfabetização Solidária ofereceu um diferencial significativo também em relação ao tema saúde, dentro da abordagem trabalhada no módulo *Educação para a Saúde e Meio Ambiente*.

Até 2000, três IES no município de Santos eram parceiras do PAS, atuando em municípios das regiões Norte e Nordeste e também no PPGCU,

incluindo a UniSantos. A Unimonte (Centro Universitário Monte Serrat), atuava em um município do Rio Grande do Norte e outro em Alagoas e no PPGCU, em Cubatão. A UniSanta (Universidade Santa Cecília), assistia a municípios da Região Norte, Nordeste e em São Vicente, no PPGCU. Fora do país, atuava no Timor Leste.

Confirmando a autonomia das IES na execução das capacitações, cada uma delas apresenta características próprias. A Unimonte participou do PAS até 2001, e como diferencial recebia os alfabetizadores para a capacitação durante o período letivo. Os professores e/ou profissionais que atuavam o faziam por iniciativa solidária, voluntária. Não havia a participação de alunos da graduação. As 160 horas do curso estavam distribuídas na forma de dinâmicas, oficinas, atividades culturais e passeios ecológicos, pelos manguezais de Cubatão, durante os 20 dias de capacitação (SOUZA et al., 2002).

O tratamento da EA e da Saúde limita-se à apresentação dos fundamentos e dos objetivos propostos para a área, mas sem explicitação da proposta de desenvolvimento dessas temáticas.

Quanto à UniSanta, a capacitação ocorre nos meses de férias, como na UniSantos, mas os alfabetizadores ficam alojados no próprio *campus* da universidade. Os alfabetizadores têm aulas de informática e as atividades culturais são bem diversificadas. Idas a São Paulo para visitar museus é uma constante. A área cultural é bem explorada por esta IES, mas não consta referência a EA entre as temáticas desenvolvidas.

A UniSantos foi a primeira, entre 177 IES participantes do PAS, a eleger a questão ambiental como tema gerador em AJA.

Em meados de 2002, em Brasília/DF, os representantes de universidades parceiras do Programa Alfabetização Solidária, que trabalhavam com EA e Saúde, foram convidados a participar de um seminário promovido pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de apresentar elementos que pudessem unir este programa com as ações de combate às principais endemias do interior do país. Então, já eram oito⁴⁸ as IES que informavam estar trabalhando com EA, embora somente a UniSantos a incluísse na capacitação de alfabetizadores, como tema gerador.

O principal eixo de atuação da EA é buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Isto se consubstancia no objetivo de criar novas atitudes e comportamentos face ao consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos, embora saibamos que mudanças de comportamento só ocorrem se houver estímulos constantes e que os resultados são alcançados a logo prazo.

Vale ressaltar que tais orientações se referem à capacitação dos alfabetizadores. Não há informações precisas sobre sua efetiva aplicação em sala de aula.

⁴⁸ Foram as seguintes: UniSantos, Universidade de Taubaté, Universidade Católica de Brasília, Universidade Caxias do Sul, Universidade do Norte do Paraná, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Campinas (BRASIL, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discutiu como está estruturado o PAS e como se deu a parceria com a UniSantos entre os anos de 1997 e 2002.

O PAS, enquanto proposta para Alfabetização de Jovens e Adultos, foi instituído por um governo que norteou suas ações pelo modelo neoliberal que, na esfera da educação em geral (e da EJA em particular), exime o Estado da responsabilidade de provê-la como um direito público, passando a tratá-la como qualquer serviço ou bem de consumo, cujo acesso se dá mediante o poder aquisitivo da população ou por medidas compensatórias destinadas a pessoas identificadas como carentes.

Na declaração de motivos e intenções, o PAS foi concebido para desencadear um movimento de solidariedade nacional no combate ao analfabetismo, considerado como uma forma de exclusão social. Para isso, organizou-se à base de parcerias entre a Comunidade Solidária (organismo então vinculado à Presidência da República, criado para desenvolver ações sociais de combate à pobreza) e as IES, às quais seria garantida a autonomia na aplicação de concepções e modelos de alfabetização.

No plano pedagógico, os princípios orientadores sugeridos pelo Conselho das Universidades são coerentes com os debates nacionais e internacionais sobre educação de jovens e adultos, com a LDB e com as Diretrizes propostas pelo MEC (1994). Estabelecem orientações sobre a ação pedagógica em sala de aula, sugerem conteúdos de Língua Portuguesa e de Matemática – que devem atender às necessidades básicas da aprendizagem – e apresentam os elementos estruturantes do processo de avaliação.

Entretanto, para que estas orientações sejam atendidas com relativo sucesso, é imprescindível a garantia de condições de continuidade, o que a estrutura do PAS não comporta. Há, portanto, um descompasso entre a proposta pedagógica e a concepção política, expressa na forma pela qual o Programa está organizado.

Enquanto as concepções expressas no Seminário Nacional em Educação de Jovens e Adultos revelam uma preocupação com políticas que ultrapassem o nível de erradicação do analfabetismo, na tentativa de constituir Programas de EJA, vinculados às redes públicas de ensino – para garantir continuidade, formação continuada de professores, resgate da dívida política do Estado para com estes alunos excluídos do sistema de ensino – o PAS propõe alfabetizar a população nessa faixa etária, selecionando alfabetizadores sem o grau de escolaridade especializado, oferecendo bolsa em vez de salário, com atuação por apenas um módulo e tempo reduzido de permanência com os alunos. O acompanhamento feito pelas IES parceiras – oriundas de regiões distantes das localidades assistidas – restringe-se a visitas mensais, que raramente conseguem tratar dos principais problemas vivenciados pelos alfabetizadores .

Segundo PAIVA (1994), as estratégias de massa são quase sempre ineficazes, pois a fixação da aprendizagem depende de professores bem qualificados e de situações objetivas que motivem os adultos, condições não garantidas pelo PAS. A cada semestre, as equipes das IES podem propor mudanças na forma e no conteúdo, levando-se em conta problemas que surgiram e que podem ser superados. No entanto, os protagonistas são outros,

e, assim, cada curso é um novo recomeçar, com novos alfabetizadores. Não há uma continuidade do processo.

De acordo com GADOTTI (1981), não existem receitas mágicas, nem métodos ou técnicas que garantam que estamos realmente reaprendendo a educação ou reproduzindo as relações de opressão predominantes. Diz ele que o espaço pedagógico-político é certamente dependente da legislação, das normas, dos programas, mas permite uma relativa autonomia (GADOTTI, 1981). No caso do PAS, a autonomia está em poder definir a estruturação do curso de capacitação: a acolhida e hospedagem aos alfabetizadores, a agenda geral de atividades, a programação propriamente dita (seleção de conteúdo e de procedimentos e recursos, ou seja, o “o quê” e o “como”). Na UniSantos, ela se manifesta na escolha da Educação Ambiental como tema gerador na alfabetização, com orientações para procedimentos específicos de alfabetização (depreensão de palavras-chaves a partir do universo vocabular dos educandos, formação de famílias silábicas, produção de frases e textos etc) situando-se aí o diferencial, conforme tratado Capítulo III. Eu diria, com base nessa experiência, que a autonomia das IES é bastante limitada.

Os problemas educacionais não podem ser compreendidos a não ser na medida em que são referidos ao contexto em que se situam. A educação é um processo que se caracteriza por uma atividade mediadora no seio da prática social global (SAVIANI, 1991, p. 120). Compete ao poder público atuar sobre as causas sociais do analfabetismo, pois os problemas da educação não são apenas de origem metodológica ou técnica, mas também sofrem interferências diretas da estrutura socio-econômica brasileira (PINTO, 2001; OLIVEIRA, 2003). O fracasso das campanhas de alfabetização se deve à não continuidade

dos estudos por parte dos alfabetizandos, pois os municípios – aos quais sempre tem sido atribuída esta responsabilidade – não têm condições (às vezes, nem interesse) de oferecer efetivas oportunidades de educação continuada a esse segmento. Problema que se agrava com a predominância das políticas neoliberais, com o Estado se desobrigando do atendimento aos direitos sociais. Na lógica da transferência de responsabilidades, o poder central assume o controle e relega a execução aos poderes locais, restando a estes, diante da escassez de recursos, captá-los na comunidade. Se essa já era a tônica das campanhas de alfabetização de jovens e adultos, assume forma exacerbada em tempos neoliberais. O PAS é uma expressão de tal política, seja como programa oficial, seja como ação de organização não governamental.

Todavia, é preciso atuar nas condições dadas, ao mesmo tempo em que se luta para transformá-las. Com esse espírito, as equipes que, na UniSantos, vêm se envolvendo nessa parceria com o PAS, têm procurado trabalhar o melhor possível, explorando as possibilidades que se abrem no contato com alfabetizadores dos municípios que a elas foram confiados. Não deixa de ser uma contribuição relevante a discussão sobre questões de saúde e meio ambiente, associada à orientação metodológica para a alfabetização – o que se pode avaliar pela mudança de postura dos sujeitos que passaram pela capacitação, tal como indicam seus próprios relatos e observações feitas em visitas. Mas há, ainda, muitos limites a superar, quando não é possível garantir se o que vem sendo feito está, de fato, permitindo a alfabetização dos jovens e adultos atendidos pelo PAS nos municípios parceiros. Principalmente quando se concebe que não basta saber ler e escrever, é necessário fazer uso deste

conhecimento e envolver-se em práticas sociais de leitura e escrita (SOARES, 2003).

Permanecem gigantescos, portanto, os desafios para a EJA. E, no meu entender, eles têm íntima relação com os desafios da educação em geral.

É preciso garantir o acesso e a permanência na escola a todas as crianças na faixa etária apropriada e ministrar um ensino de boa qualidade, para que as crianças de hoje não sejam demanda potencial para os cursos de Alfabetização de Adultos, amanhã. (SAVIANI, 1988, p.47).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO DA CIDADANIA. Comitê Rio. 2002. Disponível em:

<<http://www.acaodacidadania.infolink.com.br>> Acesso em: maio 2004.

AGUIAR, Luciana Sacramento. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. 24 set. 2003. Disponível em:

<<http://firgoa.usc.es/drupal/?q=node/view/3038>> Acesso em out. 2004.

ANPED. *Teses, Dissertações e Artigos Periódicos*. 3.ed. São Paulo: Microservice, 1999.1 CD.

ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BARONE, Rosa Elisa. *Educação e políticas públicas: questões para o debate*. Disponível em: < <http://www.senac.br/informativo/>>. Acesso em 13 maio 1999.

BARREYRO, Gladys Beatriz.. *Políticas públicas e educação: o Programa Alfabetização Solidária, um estudo das parcerias em três universidades paulistas*. 2003. Tese de Doutorado em Educação. USP, São Paulo.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação: um estudo sobre educação de adultos*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BIANCHETTI, Roberto G. *Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais*. v.56. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Meio ambiente e qualidade de vida na alfabetização: *leve essa lição para casa: guia com dicas para uso da série de programas*. Programa Alfabetização Solidária. Secretaria de Educação a Distância. _ Brasília: MEC/SEED, 2002. 72p

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO/ Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 174p. Terceiro e Quarto ciclos do Ensino Fundamental, Introdução.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p. Apresentação dos temas transversais, meio ambiente.

_____. *Implantação da Educação Ambiental no Brasil*. 1. ed. Brasília, DF: Coordenação de Educação Ambiental, 1998. 166p.

_____. *Parâmetros em Ação: Educação ambiental no Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 2002.

_____. *Parâmetros em Ação: Educação ambiental na alfabetização*. Brasília: MEC/SEF, 2002.

BRASIL. SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO. Programa Brasil Alfabetizado. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/alfabetiza/default.htm>>. Acesso em agosto de 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Saúde. Projeto de Promoção da Saúde. *Vamos promover nossa saúde?* Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CAÑA, P. ; GARCIA, J.E. & PORLÁN, R. Ecología y escuela: Teoría y práctica de la educación ambiental. Barcelona, Laia, 1981. (Cuadernos de Pedagogía, 10) In: GAUDIANO, E.G. *Cómo sacar del coma a la educación ambiental? La alfabetización: un possible recurso pedagógico-político*. Primeiro Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação e Formação de Professores. Brasília, setembro de 2001.

CARVALHO, Bernadina Silva de. Práticas pedagógicas dos alfabetizadores do programa Alfabetização Solidária: *um estudo de caso realizado nos Municípios de Pitimbu e Assunção, PB*. 2003. Dissertação de Mestrado em Educação. UFPB.

CEARON, Nelcida Maria. *Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – PRAJA visão do aluno*. 2004. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC, São Paulo.

CUNHA, Rodrigo . *As mil e uma utilidades de um líquido negro que vale ouro*. Disponível em: < <http://www.comciencia.br/reportagens/petroleo/pet13.shtml>>. Acesso em: 31 out. 2004.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. *Transdisciplinaridade*. São Paulo: Palas Athena, 1997.

DANIEL, Maria Fátima Garcia Moreira. Alfabetização emancipatória e contextos diferenciados: *Brasil e Moçambique*. 2003. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC, São Paulo.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. , 5. ed. São Paulo: Gaia, 1998. 399p.

DI PIERRO, Maria Clara. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: questões face às políticas públicas recentes. *Em aberto*, v.11, n.56, p.22-30. Brasília:INEP, out.-dez. 1992.

_____. *As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999*. 2000. 314f. Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação. PUC, São Paulo.

_____. Descentralização, focalização e parceria: *uma análise das tendências nas políticas de educação de jovens e adultos*. v. 27,n.2, *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 2001. p.321-327.

DI PIERRO, MARIA CLARA, JOIA, ORLANDO e RIBEIRO, VERA MASAGÃO. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cad. CEDES*, nov. 2001, vol.21, no.55, p.58-77. ISSN 0101-3262.

DI PIERRO, Maria Clara, GRACIANO, Mariângela. *A educação de jovens e adultos no Brasil*. São Paulo : Ação Educativa, 2003. 54 p.

FRANCO, M. A. SANTORO; SILVA, S. A. Ignácio (coords.) . Relatório Parcial do Projeto Coletivo da Pós-Graduação em educação/UniSantos. Fev. 2003.

FREIRE, PAULO. *Educação como prática da liberdade*. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 150p.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 32ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184p.

_____. *Política e Educação*. 6ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. In: Ensinar e aprender: *sujeitos, saberes, tempos e espaços*. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. 1 CD.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: _____. *Educação e crise do trabalho: Perspectivas do final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 1-15.

GADOTTI, Moacir & GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.) *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993. p.23-33. v.25. (Coleção Questões da Nossa Época).

GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

_____. *Convite à leitura de Paulo Freire*. São Paulo: Scipione, 1989.

_____. *Pedagogia da Terra*. 2.ed. São Paulo: Petrópolis, 2000. 217p.

GASPARELLO, Vânia Medeiros. A pedagogia da democracia de Paulo Freire. GT5 – Estado e Política. Disponível em: < <http://vaniamedeirosgsparello5.htm> > Acesso em: 26 maio 2003.

GAUDIANO, E.G. *Cómo sacar del coma a la educación ambiental? La alfabetización: un possible recurso pedagógico-político*. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação e Formação de Professores. Brasília, setembro de 2001.

GIOLITTO, P. *Pedagogía del meio ambiente: Principios de ecología*. Barcelona: Herder, 1984. 202p. IN: GAUDIANO, E.G. *Cómo sacar del coma a la educación ambiental? La alfabetización: un possible recurso pedagógico-político*. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação e Formação de Professores. Brasília, setembro de 2001.

GUTIÉRREZ, Francisco. Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. In: GADOTTI, Moacir & GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993. p.23-33. v.25. (Coleção Questões da Nossa Época).

HADDAD, Sérgio. Conscientização e Alfabetização de Adultos. *Caderno de Pesquisa*. SP (52): 97-1001. Fev. 1985.

_____. (coord). O Estado da Arte das Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil: *a produção discente da pós-graduação em Educação no período 1986-1998*. Ação Educativa, São Paulo, 2000.

_____. (coord.). Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998). Brasília: MEC/INEP/Comped. 2002, 140 p. (série Estado do Conhecimento, ISSN 1676 – 0565, n.8).

HADDAD, Sérgio, DI PIERRO, Maria Clara. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: contribuições para uma avaliação da década da Educação para Todos. *Ação educativa – acessoria, pesquisa e informação*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/htm>. Acesso em 09/04/03.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: jul. 2004.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Indicador Nacional de Alfabetismo Nacional. Disponível em: http://www.ipm.org.br/an_ind_inaf_2html.php#a Acesso em: agosto 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP. *Bibliografia Brasileira de Educação (BBE)*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> . Acesso em: abril 2002.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001a. p.384-390.

_____. A importância do meio ambiente na construção da cidadania. Primeiro Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação - Formação de Professores. Brasília, outubro de 2001b.

KLEIN, Lúcia Regina. Alfabetização de Jovens e Adultos: *elementos para uma proposta metodológica*. Curitiba, 1999. [on line]

KOHAN, Walter Omar. *Algumas considerações sobre a cidadania*. Primeiro Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação - Formação de Professores. Brasília, outubro de 2001.

LANKSHEAR, C. & P.L. MCLAREN (Eds.). Critical literacy. Politics, praxis and the postmodern. In: GAUDIANO, E.G. *Cómo sacar del coma a la educación ambiental? La alfabetización: un possible recurso pedagógico-político*. Primeiro Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação e Formação de Professores. Brasília, setembro de 2001.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDBN. 1996
Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm> - 15k
Acessível em: - maio 2004 .

MACHADO, Maria Margarida. *A Trajetória da Eja na Década de 90, Políticas Públicas Sendo Substituídas por "Solidariedade"* [online]
Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/a_trajetoria_da_eja.asp>
Acesso em: 04 out. 2004

MARTINS, Leila Chalub. *Cuidar, cuidar-se: discutindo questões ambientais e o papel da Escola*. Primeiro Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação e Formação de Professores. Brasília, setembro de 2001.

MARTINS, Angela Maria. *Autonomia da escola: a (ex)tenção do tema nas políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2002.

MATSUURA, Koichiro. *Alfabetización para Todos: una década de la alfabetización de Naciones Unidas*. UNESCO BRASIL. Setembro 2002. (Série Debates III) .

_____. Mensagem do diretor-geral da UNESCO por ocasião do dia internacional da alfabetização. UNESCO BRASIL 8/09/2002. 55 p. (Série Debates IV) .

MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional emergente*. 7. ed. Campinas, São Paulo: Papirus. 1997 .238 p. (Coleção Práxis).

NOZELLA, Paolo. *A escola brasileira no final de século: um balanço*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: Perspectivas do final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 166 -188.

OLIVEIRA, Betty A. , DUARTE, Newton. Socialização do saber escolar. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

OLIVEIRA, Haydée T. et al. Educação Ambiental na formação inicial de professores. Disponível em < <http://www.anped.org.br/0810p.htm>>. Acesso em 15 jun. 2001.

OLIVEIRA, Ramon. *A (des) qualificação da educação profissional brasileira*. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. 2ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1983.

_____. Pedagogia e luta social no campo paraibano. *Educação e Sociedade*, n.18, 1984.

PAIVA, Jane. Alfabetizar jovens e adultos é só o começo... 2003. Disponível em:

<<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/baf/pgm3.htm>>

Acesso em: out. 2004.

PELIANO, Anna Maria Medeiros. *Agenda básica*. Disponível em:

<<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/polsoc/csolid/sexec/index.htm>>

Acesso em: maio 2004.

PELIANO, Anna Maria Medeiros & CARDOSO, Ruth. *Comunidade Solidária*.

Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.gov.br>>. Acesso em: mar. 2004.

PESCUNHA, Derna, CASTILHO, Antonio Paulo F. de. *Referências Bibliográficas: um guia para documentar suas pesquisas*. São Paulo: Olho d'Água, 2001. 113p. (Metodologia).

PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 118p.

PONTE, Amélia Cristina Elias da et al. *A formação do professor alfabetizador – Capacitação: uma experiência interdisciplinar*. In: Cadernos da ABESC. Alfabetização de jovens e adultos nas IES católicas: encontro em Santos. Santos: Universidade Católica de Santos, 2003. p. 35-42.

PUCHALSKI NOVO, Elizabeth de Almeida. *Os processos sociais na construção da alfabetização*. In: Teoria & Educação, n.2, 1990. p. 111 –123.

RENNHACK, Anna Maria de Oliveira. Educação ambiental na universidade. In: LAVALLÉE, Denise Maria Gurgel (Org.). *Anais do 1º Seminário sobre Práticas educativas no Quebec e no Brasil*. Salvador: UNEB, 1994. p. 125-132.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.). Educação para Jovens e Adultos: *Educação Fundamental – Proposta Curricular. 1º segmento*. 3. ed. São Paulo: Ação educativa: Brasília: MEC, 1999. 239p.

_____. Alfabetismo e atitudes: *pesquisa junto a jovens e adultos paulistanos*. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org/TEXTOS04.DOC>> Acesso em jul. 2004.

_____. Questões em torno da construção de indicadores de analfabetismo e letramento. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.27, n.2, p.283-300, jul./dez.2001.

ROSEMBERG, Fúlvia. Uma introdução ao estudo das organizações multilaterais no campo educacional. In: *O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI*. Antares, 2000. p. 63 – 93.

SAMPAIO, F. Coelho. *Navegando no planeta azul*. 1.ed. São Paulo: Ediouro, 2002. (Coleção Geografia do século XXI)

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 10 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

_____. *Os desafios da educação pública na sociedade de classes*. Conferência proferida na abertura do Seminário “Os desafios da educação pública na sociedade brasileira”. Cascavel, 31 de outubro de 2003. Digital.

SAVIANI, Nereide. *Função Técnica e Função Política do Supervisor em Educação*. 1981. 447f. Dissertação Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. Programa de Alfabetização de Adultos: Educação de Adultos em Instituições Governamentais: o caso de São Paulo. *Idéias*, São Paulo, n.1, p. 43-47, 1988.

_____. Entrevista. *Cara Pintada*, n.1. jan. / mar. / 2003. p. 18-21.

SEPÚLVEDA, Francisca Gorete Bezerra. As práticas pedagógicas das (os) alfabetizadoras (es) do programa Alfabetização Solidária de Igaci, Alagoas: *a ótica de uma coordenadora pedagógica setorial*. 2003. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo.

SILVEIRA, Jovelina Amado da. Alfabetização Solidária e o papel do Centro Universitário UNIT e da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. 2003. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário UNIT.

SOARES, Leôncio José Gomes. Processos de inclusão/exclusão na educação de jovens e adultos. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v.5, n.30, nov. / dez. 1999, p.24-33.

_____. Alfabetização de jovens e adultos: *um pouco de história*. 2003. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/baf>> Acesso em: agosto 2004.

SOARES, Magda Becker. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, n.0, set. / out. / nov./ dez. 1995, p. 5-16.

_____. *Letramento/Alfabetismo*. *Presença Pedagógica*, v.2, n.10, jul./ago. 1996. p. 83-89.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n.25, 2004, p.5-17.

SOUZA, Adriana Cardoso de; SANTOS, Márcia Luzia dos & ALMEIDA, Wania Aparecida Alves de. Alfabetização Solidária: *uma saída para a erradicação do analfabetismo*. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC - apresentada ao Centro Universitário Monte Serrat, 2002.

TAMAROZZI, Edna. *Cartas de Moçambique: uma experiência de alfabetização no processo de formação de professores*. 2004. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo.

TIFOUNI, Leda Verdiane. Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso. Campinas: Pontes. In: SOARES, Magda Becker. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. *Revista Brasileira de Educação*, n.25, 2004, p.5-17.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: ROSEMBERG, FÚLVIA. *Uma introdução ao estudo das organizações multilaterais no campo educacional*. Antares, 2000.p. 63-93.

VÓVIO, Cláudia Lemos (coord.). *Viver, aprender: educação de jovens e adultos*. Livro 1. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC,2000.

DOCUMENTOS DO PAS:

AVALIANDO. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, n.1. 2000.

_____. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, n.2. 2002.

_____. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, n.3. 2003.

JANEIRO, Cássia. Avaliação dos grandes centros urbanos: módulo VIII, julho a dezembro de 2000. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, 2001.

_____. Avaliação final. Brasília: Programa Alfabetização Solidária, jan. a jun. de 2002.

PROJETO PILOTO GRANDES CENTROS URBANOS. Programa Alfabetização Solidária, 1999.

PROJETO GRANDES CENTROS URBANOS. Programa Alfabetização Solidária

PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA, s/d.

PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. Conselho da Comunidade Solidária - Relatório de Atividades, 1995-1996. Programa Comunidade Solidária- Brasília: O programa, 1997.

Relatório de 4 anos de atividade. Programa Alfabetização Solidária, janeiro de 1997 a dezembro de 2000.

REVISTA CIENTÍFICA. Alfabetização Solidária: Princípios orientadores para Elaboração de proposta Político-Pedagógica, 1999. Brasília: Conselho Consultivo das Universidades Parceiras do Programa Alfabetização Solidária, 1999.(exemplar semestral)

REVISTA DA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. v.1, n.1, jul./dez. 2001. 111 p.

_____. v.2, n.2, jan./jun. 2002. 137 p.

_____. v.3, n.3, jan./jun. 2003. 111 p.

TRAJETÓRIA – 2003, 7 anos. Programa Alfabetização Solidária.